



BARÓMETRO CENTRO DE PORTUGAL



maio
2018

CENTRO **20**
20

Apresentação

Síntese

Indicador global de avaliação

Fichas de análise

Crescimento e Competitividade

Potencial Humano

Qualidade de Vida

Coesão

Sustentabilidade Ambiental e Energética

Nota: A configuração territorial da Região Centro, em que a região integra 100 municípios, é a definida no regulamento (EU) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, estando os limites territoriais das NUTS III estabelecidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A informação deste barómetro encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>

Apresentação

O Barómetro do Centro de Portugal tem como objetivo monitorizar o progresso alcançado pela Região Centro, em alinhamento com a estratégia definida no Plano de Ação Regional para o período 2014-2020. Incorpora cinco dimensões de análise consideradas relevantes:

1. Crescimento e Competitividade
2. Potencial Humano
3. Qualidade de Vida
4. Coesão
5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

Este sistema de monitorização contempla um conjunto de indicadores-chave com algumas metas definidas, que serão objeto de acompanhamento periódico, permitindo identificar tendências, lacunas de progresso e eventuais ações corretivas e preventivas a desenvolver.

Dentro destas cinco dimensões de análise desenvolveu-se uma bateria de 25 indicadores, permitindo concertar as energias e focalizar os esforços de todos na obtenção de resultados concretos em torno destes mesmos indicadores, considerados prioritários igualmente no que se refere à afetação de recursos orientada para resultados. Cada um destes indicadores resulta numa ficha de análise da sua evolução, sendo atualizada sempre que nova informação é disponibilizada.

Para além desta perspetiva temática, o Barómetro do Centro de Portugal terá ainda como objetivo acompanhar a evolução da região numa perspetiva global do sucesso regional. Deste modo, é calculado um indicador global de avaliação da Região Centro que permite uma leitura sintética e imediata do seu comportamento relativo face às restantes regiões portuguesas. Os resultados do indicador global encontram-se desagregados pelas cinco dimensões de análise. A sua atualização é feita anualmente.

A lista das fichas de análise agrupadas por dimensões e respetivas subdimensões é então a seguinte:

Crescimento e Competitividade

Internacionalização

1. Exportações de bens
2. Investimento direto estrangeiro

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

3. Investimento em Investigação e Desenvolvimento
4. Regional Innovation Scoreboard
5. Doutorados

Dinâmica Empresarial

6. Empresas gazela
7. Criação líquida de empresas

Criação de Valor e Produtividade

8. Produto Interno Bruto
9. Produtividade do trabalho

Potencial Humano

Educação e Formação

10. Abandono escolar precoce
11. População jovem com formação superior
12. Resultados de exames nacionais

Formação de Ativos

13. Formação ao longo da vida

População e Emprego

14. População residente
15. Taxa de desemprego
16. Taxa de desemprego jovem

Qualidade de Vida

17. Satisfação dos residentes
18. Produto Interno Bruto por habitante

Coesão

Coesão Social

19. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
20. Distribuição do rendimento

Coesão Territorial

21. Dispersão da variação populacional
22. Dispersão do rendimento familiar

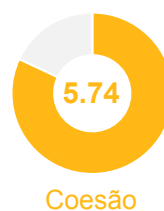
Sustentabilidade Ambiental e Energética

23. Energias renováveis
24. Emissão de gases com efeito estufa
25. Eficiência energética

Indicador global de avaliação

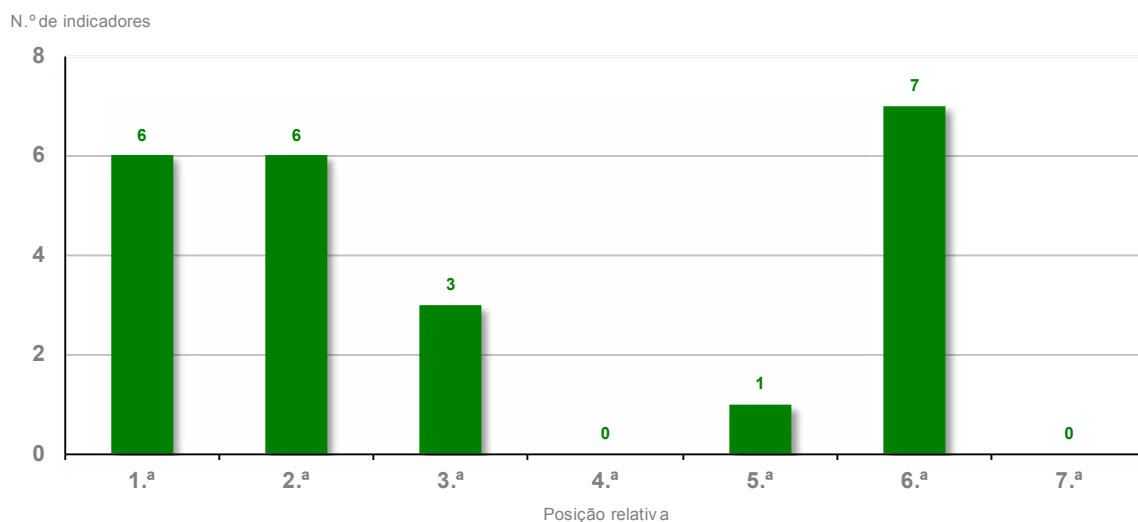


Dimensões do indicador global de avaliação



maio de 2018

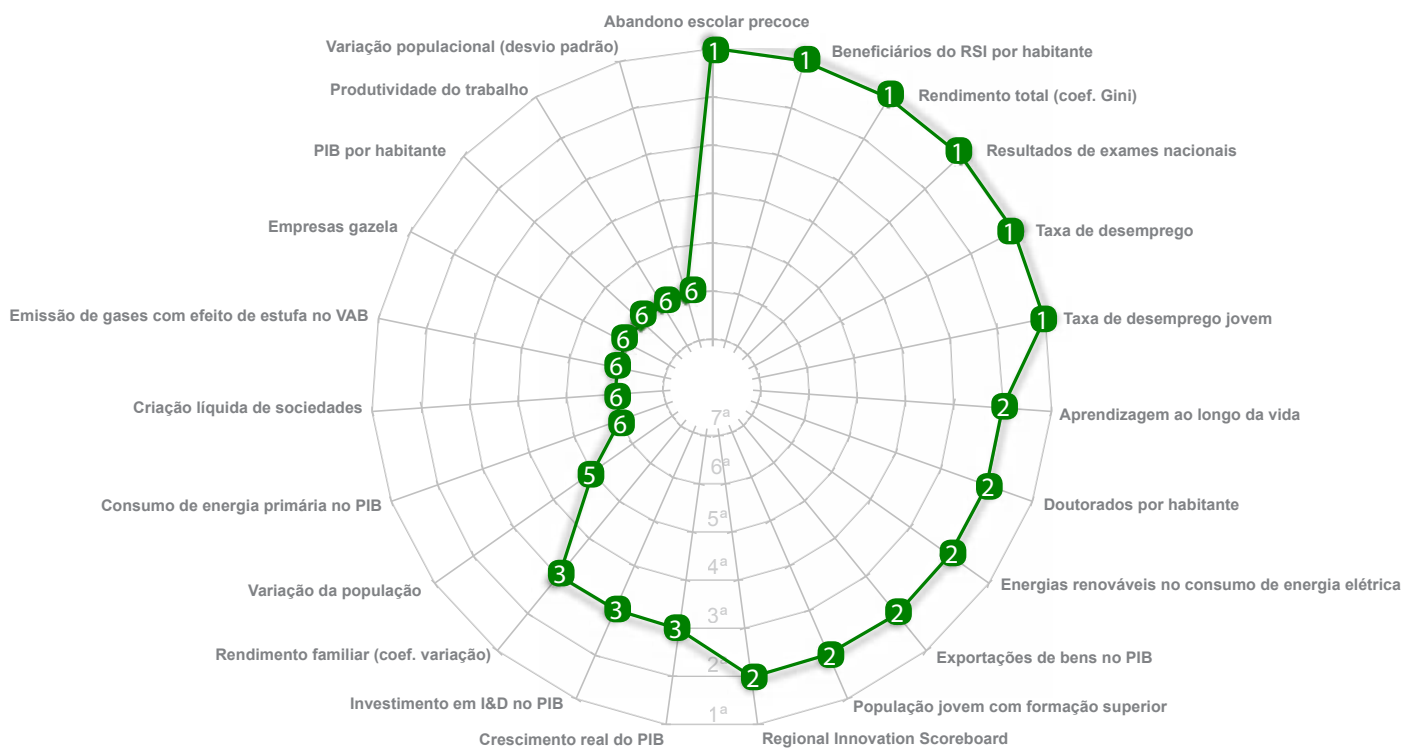
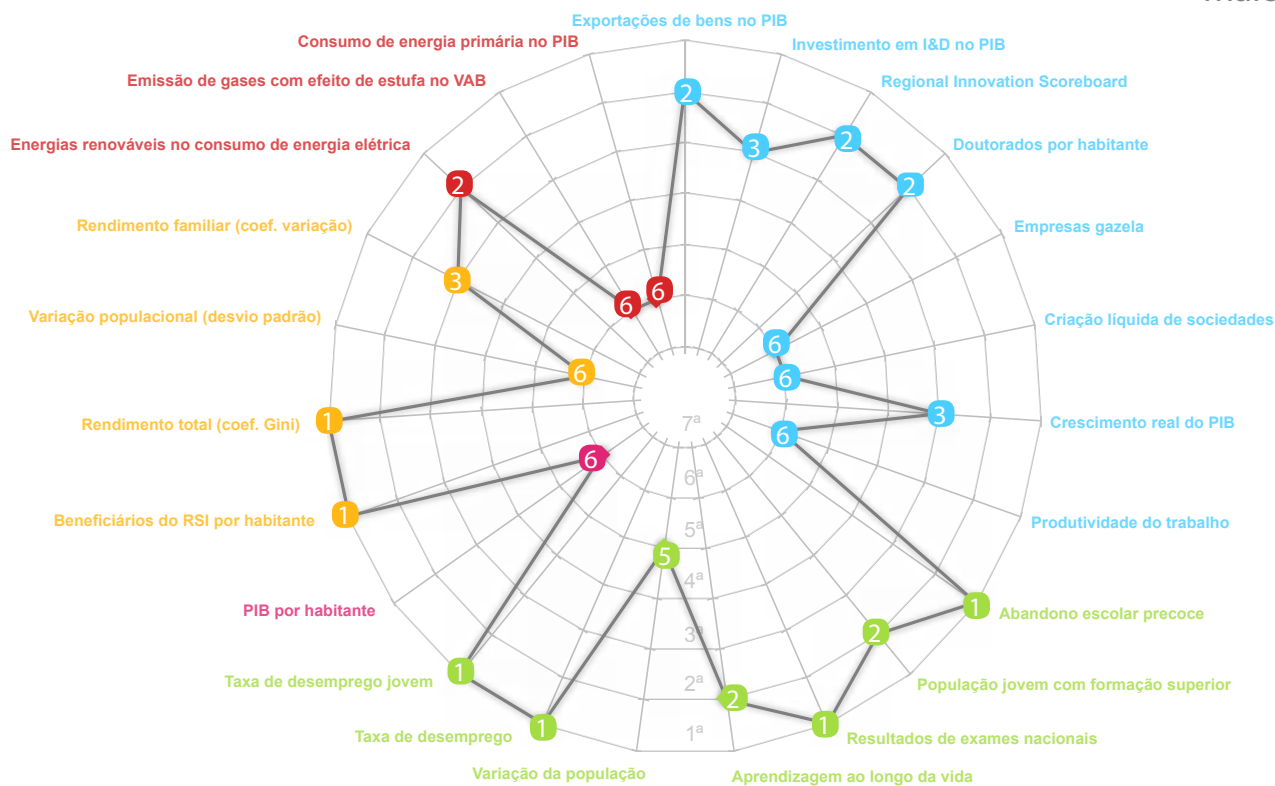
Posicionamento da Região Centro face às restantes regiões NUTS II (número de indicadores em cada posição relativa)



Nota: Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

Indicadores segundo o posicionamento da Região Centro face às restantes regiões NUTS II (ordenação por dimensão e por posição relativa)

maio de 2018





Indicador global de avaliação



Indicador global de avaliação

dezembro de 2017

Indicador global de avaliação e suas dimensões

	Indicador global	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
2017	4,90	4,47	5,79	2,16	5,74	5,09
2016	4,75	4,04	5,67	2,59	5,81	5,10
2015	5,00	4,46	5,83	2,64	6,06	5,12
2014	4,67	3,96	5,14	2,68	6,32	5,28
2013	4,78	4,22	5,04	3,93	6,18	4,84
2012	5,09	4,66	5,75	4,05	6,17	4,33
2011	4,52	3,44	5,31	4,04	5,90	4,75

Pontuação dos indicadores que integram o indicador global de avaliação da Região Centro e respetivas ponderações do Conselho Regional

Indicadores	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	Ponderações
Exportações de bens no PIB	6,0	5,6	5,6	5,7	5,7	5,6	6,1	8,7
Crescimento do IDE	4,0	1,0	7,0	1,0	1,0	5,5	1,0	9,2
Investimento em I&D no PIB	5,5	5,8	5,2	5,2	4,5	3,9	3,7	8,4
Regional Innovation Scoreboard	6,5	5,4	5,0	5,0	6,0	6,0	6,0	7,4
Doutorados por 1.000 habitantes	5,2	5,2	5,3	4,8	4,2	3,7	3,3	6,6
Empresas gazela	2,1	3,0	1,0	1,0	5,9	5,9	5,9	7,0
Criação líquida de sociedades	4,9	4,3	4,1	4,9	5,5	4,7	1,0	7,7
Crescimento real do PIB	4,7	5,3	5,0	7,0	5,1	5,7	3,6	8,4
Produtividade do trabalho	1,5	1,3	1,3	1,2	1,0	1,0	1,0	8,4
Abandono escolar precoce	6,9	6,4	7,0	7,0	7,0	7,0	5,5	7,6
População jovem com formação superior	5,1	3,3	4,4	3,9	3,4	3,4	1,8	7,8
Resultados de exames nacionais	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9
Aprendizagem ao longo da vida	4,7	3,8	4,7	5,1	5,1	6,6	7,0	7,6
Varição da população	2,6	5,0	3,5	1,0	1,1	3,8	1,7	7,8
Taxa de desemprego	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	8,8
Taxa de desemprego jovem	7,0	7,0	5,3	5,0	4,9	5,7	7,0	9,1
Indicador de satisfação dos residentes	3,0	4,0	4,0	4,0	7,0	7,0	7,0	8,1
PIB por habitante	1,4	1,3	1,4	1,5	1,1	1,3	1,3	8,6
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,2
Rendimento total (coeficiente de Gini)	7,0	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	6,1	7,0
Varição populacional (desvio padrão)	3,1	4,3	5,1	6,2	5,8	5,8	4,7	6,8
Rendimento familiar (coeficiente de variação)	5,9	5,9	6,1	6,1	5,9	5,9	5,9	6,8
Energias renováveis no consumo de energia elétrica	4,8	4,8	4,8	6,0	5,1	4,4	5,1	7,4
Emissão de gases com efeito estufa no VAB	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	4,6	5,1	6,8
Consumo de energia primária no PIB	5,2	5,2	5,3	4,5	4,2	4,1	4,1	7,5

Posições relativas das regiões NUTS II no indicador global de avaliação, por dimensões

	Indicador global*	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
Norte	3 ^a	2 ^a	4 ^a	7 ^a	3 ^a	1 ^a
CENTRO	2^a	3^a	2^a	6^a	2^a	5^a
AM Lisboa	1 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a	6 ^a	6 ^a
Alentejo	5 ^a	4 ^a	5 ^a	4 ^a	1 ^a	7 ^a
Algarve	4 ^a	5 ^a	3 ^a	2 ^a	4 ^a	2 ^a
Açores	6 ^a	6 ^a	6 ^a	5 ^a	7 ^a	3 ^a
Madeira	7 ^a	7 ^a	7 ^a	3 ^a	5 ^a	4 ^a

*Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

Indicador global de avaliação

Nota Metodológica

O Indicador Global de Avaliação da Região Centro foi calculado com base na matriz dos 25 indicadores que integram o Barómetro. Para além deste índice sintético, são também disponibilizados valores agregados para cada uma das suas cinco dimensões: crescimento e competitividade, potencial humano, qualidade de vida, coesão e sustentabilidade ambiental e energética.

O cálculo destes seis indicadores sintéticos (indicador global de avaliação e cinco indicadores por dimensão) partiu da atribuição de pontuações ao posicionamento que a Região Centro assumia face às restantes regiões do país. A cada um dos indicadores do barómetro foi atribuída uma pontuação de 1 a 7 por interpolação linear considerando os valores máximo e mínimo registados pelas regiões NUTS II por indicador: 7 no caso da região ser a melhor, 1 no caso da região ter o pior desempenho, sendo as posições intermédias as que resultam desta interpolação. No caso de dois indicadores específicos ("crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes"), em que apenas se possuía informação para a Região Centro e Portugal, foi calculado o valor da região em percentagem da média nacional e seguidamente convertido numa pontuação também de 1 a 7:

Região Centro como % da média nacional	< 80%	80% - 90%	90% - 100%	100%	100% - 110%	110% - 120%	>120%
Pontuação	1	2	3	3,5	4	5,5	7

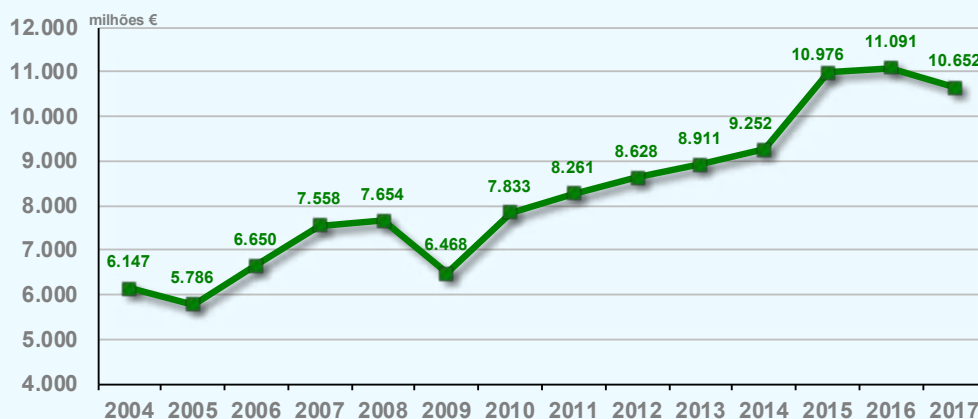
Posteriormente, as pontuações de todos os indicadores foram ponderadas pela importância que o Conselho Regional atribuiu a cada um deles, obtendo-se um índice global que permite avaliar o desempenho da região. Este procedimento foi replicado para cada uma das cinco dimensões do barómetro.



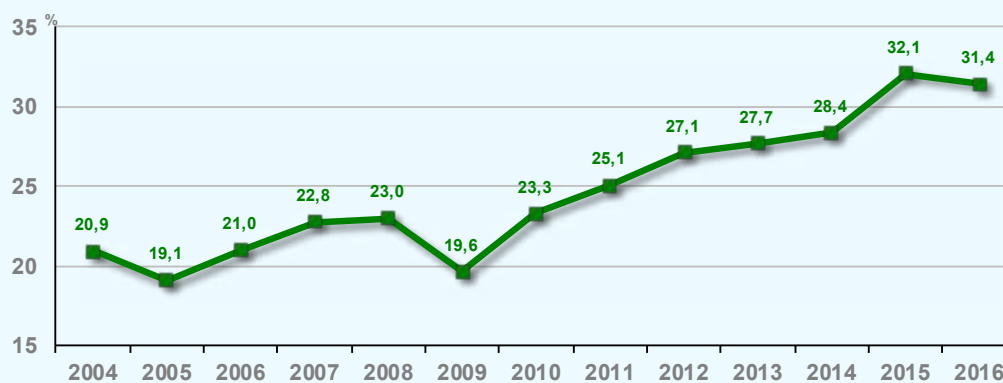
Fichas de análise



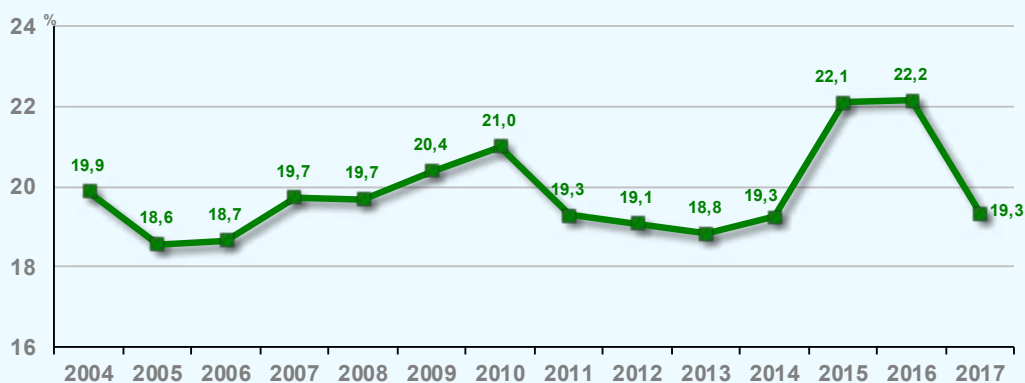
Exportações de bens na Região Centro entre 2004 e 2017



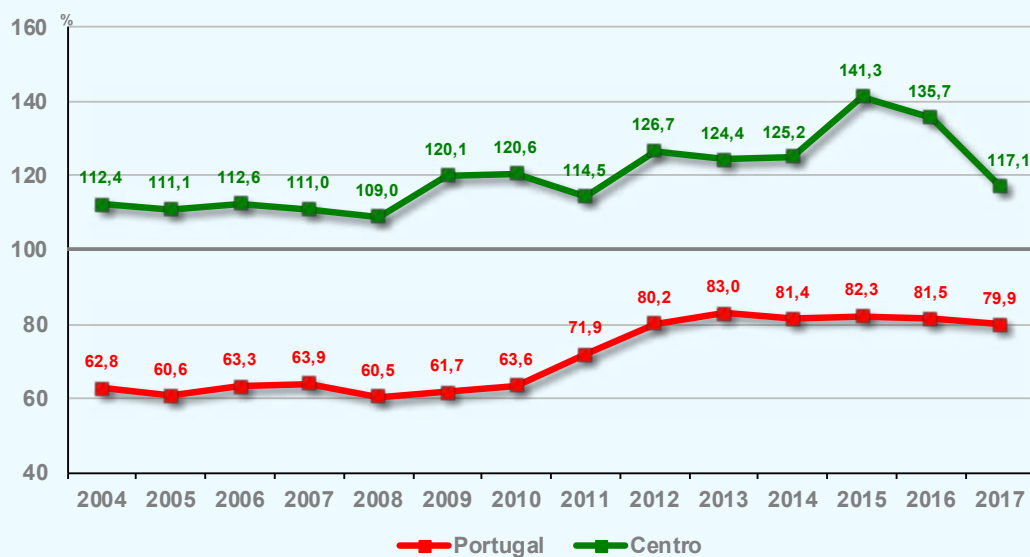
Peso das exportações de bens no PIB na Região Centro entre 2004 e 2016



Peso das exportações de bens da Região Centro no total nacional entre 2004 e 2017

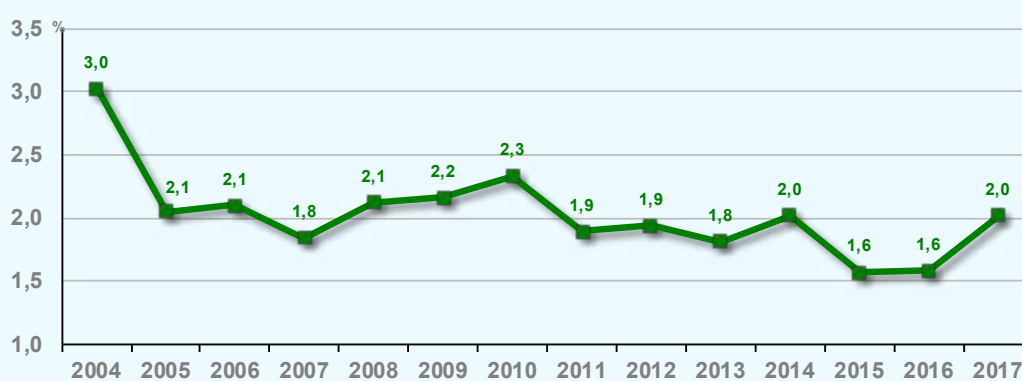


Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens entre 2004 e 2017



maio 2018

Proporção de bens de alta tecnologia em exportações na Região Centro entre 2004 e 2017



Posicionamento da Região Centro

	Exportações de bens, 2017 (milhões €)	Peso das exportações de bens no PIB, 2016 (%)	Peso das exportações de bens no total nacional, 2017 (%)	Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens, 2017 (%)	Proporção de bens de alta tecnologia em exportações, 2017 (%)
Portugal	55.097	27,0	100,0	79,9	4,5
Norte	22.152	37,6	40,2	134,8	5,3
CENTRO	10.652	31,4	19,3	117,1	2,0
AM Lisboa	16.169	19,5	29,3	47,0	5,7
Alentejo	3.247	24,0	5,9	130,7	2,4
Algarve	187	1,9	0,3	58,2	4,1
Açores	91	2,1	0,2	69,3	10,3
Madeira	136	2,3	0,2	101,0	2,9

Em 2017, as exportações de bens da Região Centro ascendiam a aproximadamente 10,7 mil milhões de euros, representando 19,3% do total nacional, mas evidenciando uma diminuição face a 2016 e a 2015. As exportações de bens continuaram a superar as importações de bens (117,1%), embora de uma forma menos expressiva que a verificada nos cinco anos anteriores. Por contraste, em Portugal predominavam as importações de bens (79,9%). Desde 2009 que o peso das exportações de bens no produto interno bruto (PIB) regional tem vindo a aumentar, tendo atingido os 31,4% em 2016, valor um pouco abaixo do máximo da série registado em 2015 (32,1%). Em 2017, as exportações da Região Centro que respeitavam a bens de alta tecnologia aumentaram ligeiramente para os 2,0%, permanecendo, ainda assim, abaixo da média nacional (4,5%).

Fonte: INE (exportações/importações – dados anuais definitivos de 2004 a 2016 e preliminares de 2017, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em maio de 2018; PIB (base 2011) – dados anuais definitivos de 2004 a 2015 e provisórios de 2016, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2017).

Notas:

- 1) A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador.
- 2) O valor de Portugal das exportações de bens inclui a componente Extra-Regio.

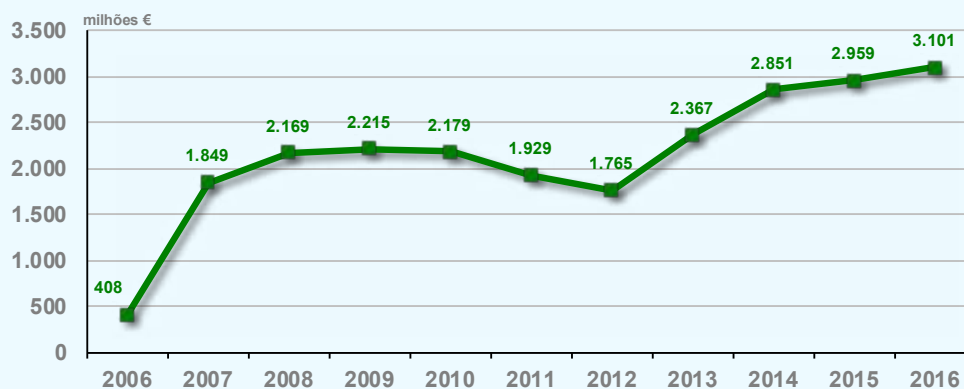
Peso das exportações no PIB = Exportações de bens/PIB x 100

Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens = Exportações de bens/Importações de bens x 100

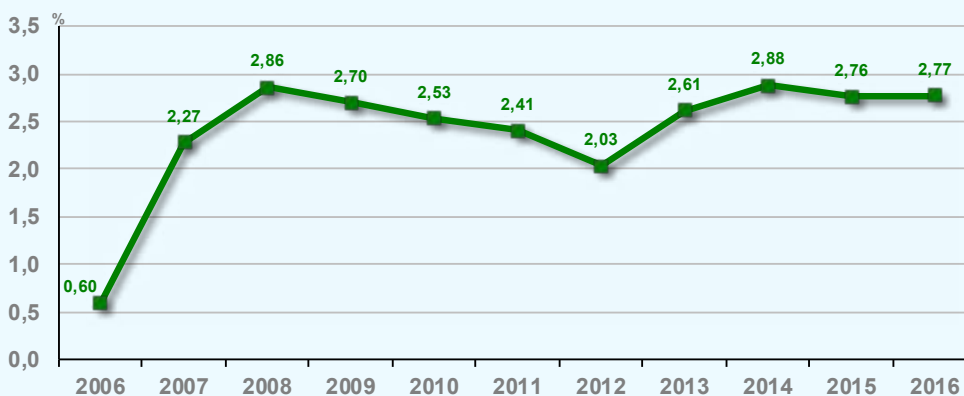
Proporção de bens de alta tecnologia em exportações = Exportações de bens de alta tecnologia/Total de exportações de bens x 100

PIB – Produto Interno Bruto

Investimento direto estrangeiro (IDE) na Região Centro entre 2006 e 2016 (posições no fim de período)



Peso do IDE da Região Centro no total nacional entre 2006 e 2016 (posições no fim de período)



Investimento direto estrangeiro na Região Centro entre 2006 e 2016 (transações)



Posições de IDE em fim de período

	Região Centro			Portugal	
	Valor (milhões €)	Taxa de cresci- mento (%)	Peso no total nacional (%)	Valor (milhões €)	Taxa de cresci- mento (%)
2016	3.101	4,80	2,77	112.146	4,43
2015	2.959	3,78	2,76	107.384	8,48
2014	2.851	20,46	2,88	98.988	9,32
2013	2.367	34,08	2,61	90.547	4,27
2012	1.765	-8,49	2,03	86.837	8,29
2011	1.929	-11,48	2,41	80.192	-6,82
2010	2.179	-1,61	2,53	86.060	4,80
2009	2.215	2,11	2,70	82.118	8,31
2008	2.169	17,34	2,86	75.814	-6,75
2007	1.849	352,77	2,27	81.300	19,51
2006	408	-	0,60	68.030	-

jul 2017

Transações de IDE

	Região Centro			Portugal			% total nacional		
	Saldo	Investi- mento	Desinvesti- mento	Saldo	Investi- mento	Desinvesti- mento	Saldo	Investi- mento	Desinvesti- mento
	milhões €			milhões €					
2016	149	984	835	5.483	24.389	18.907	2,7	5,2	3,4
2015	107	1.042	935	6.251	35.678	29.427	1,7	2,9	3,2
2014	144	1.016	872	2.243	27.972	25.728	6,4	3,6	3,4
2013	94	566	472	2.035	16.773	14.738	4,6	3,4	3,2
2012	46	1.470	1.423	6.903	41.454	34.551	0,7	3,5	4,1
2011	132	1.247	1.114	5.343	39.004	33.660	2,5	3,2	3,3
2010	84	1.020	936	1.830	37.546	35.716	4,6	2,7	2,6
2009	-403	628	1.031	1.160	29.947	28.787	-34,8	2,1	3,6
2008	198	985	788	2.423	29.340	26.917	8,2	3,4	2,9
2007	-71	953	1.024	2.101	26.057	23.957	-3,4	3,7	4,3
2006	156	1.475	1.319	8.445	29.526	21.081	1,8	5,0	6,3

A posição de IDE na Região Centro aumentou nos últimos quatro anos, após uma queda acentuada em 2012, tendo atingido os 3,1 mil milhões de euros em 2016, o que corresponde a 2,77% do IDE recebido pela economia nacional.

As transações de IDE na região em cada ano (que têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro) apresentam um comportamento bastante oscilatório. O valor máximo das transações captadas pela região ocorreu em 2008 (198 milhões de euros). No entanto, o desempenho recente tem sido positivo, destacando-se o valor registado na Região Centro, em 2016, de 149 milhões de euros.

jul 2017

Fonte: Banco de Portugal (dados não publicados recebidos pela CCDRC; informação disponível em junho de 2017).

Notas:

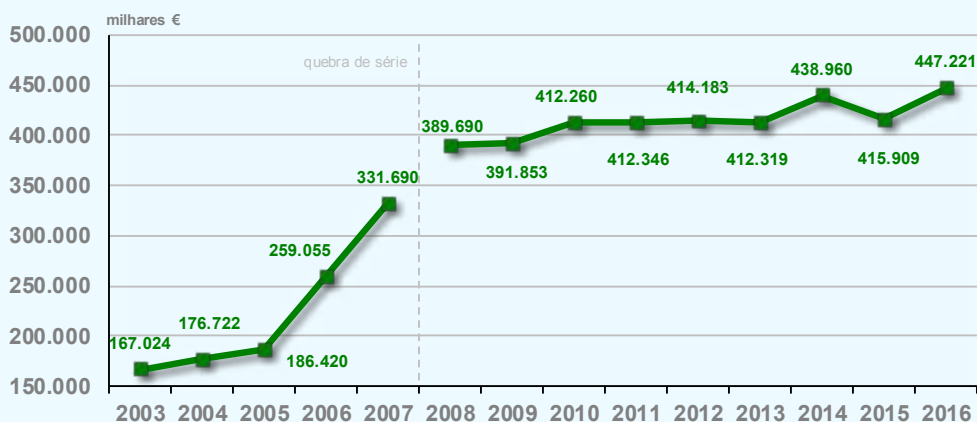
- 1) A afetação geográfica é efetuada com base na morada fiscal da sede da empresa, pelo que, dependendo da forma como o grupo está organizado, a afetação do IDE pode não identificar a região na qual o investimento é efetivamente realizado.
- 2) A variação das posições em fim de período resulta das transações do período e de outros ajustamentos (cambiais, de preço e outros).
- 3) Os dados de 2013 a 2015 foram revistos.

Posições em fim de período: As posições de IDE em fim de período referem-se ao investimento acumulado no final de cada ano.

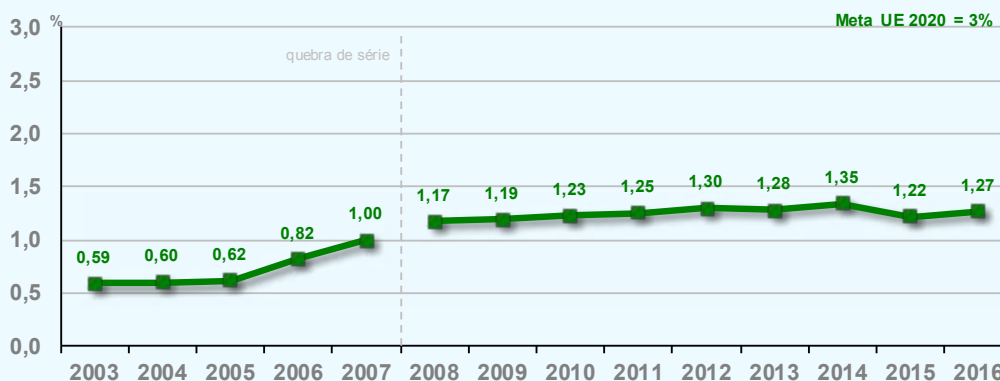
Transações: As transações referem-se ao investimento líquido, ou seja, têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro ao longo do ano.

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

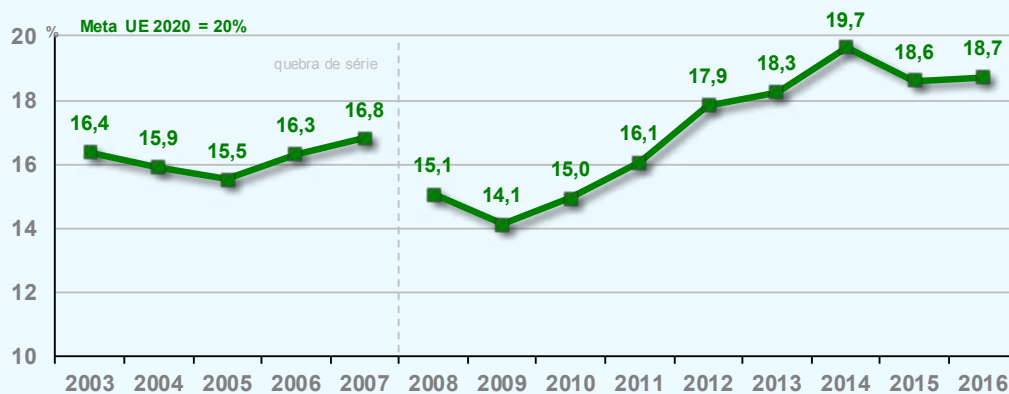
Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro entre 2003 e 2016



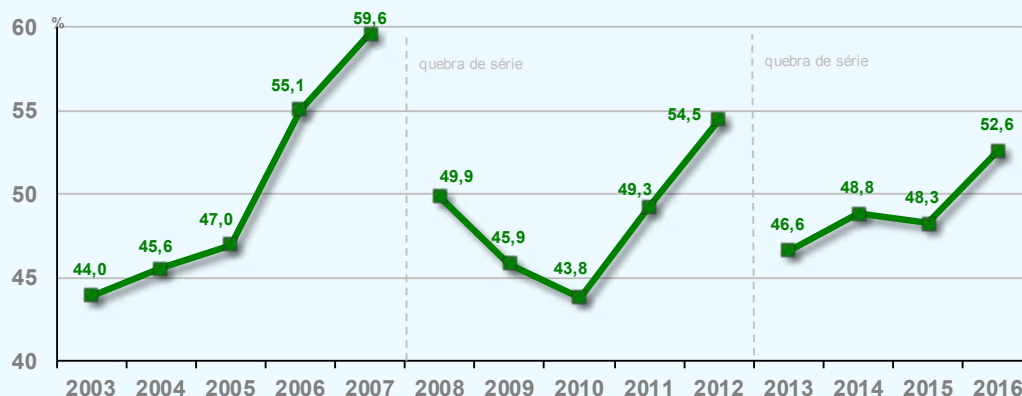
Peso do investimento em I&D no PIB na Região Centro entre 2003 e 2016



Peso do investimento em I&D da Região Centro no total nacional entre 2003 e 2016



Proporção do investimento em I&D do setor privado na Região Centro entre 2003 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	Investimento em I&D, 2016 (milhares €)	Peso do investimento em I&D no PIB, 2016 (%)	Peso do investimento em I&D no total em I&D nacional, 2016 (%)	Proporção do investimento em I&D do setor privado, 2016 (%)
Portugal	2.388.467	1,29	100,0	50,0
Norte	748.158	1,37	31,3	50,4
CENTRO	447.221	1,27	18,7	52,6
AM Lisboa	1.071.716	1,61	44,9	50,5
Alentejo	65.974	0,54	2,8	49,6
Algarve	29.930	0,36	1,3	16,4
Açores	11.818	0,30	0,5	7,4
Madeira	13.651	0,31	0,6	23,3

Em 2016, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro era de 447 milhões de euros, o que representava 18,7% da despesa nacional em I&D. Face a 2015, verificou-se um aumento no investimento em I&D de 7,5%. O seu peso no produto interno bruto (PIB) também aumentou na região para 1,27%, situando-se, no entanto, abaixo da média do país (1,29%). Este valor continua muito aquém da meta de 3% estabelecida para 2020. A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado, em 2016, situou-se nos 52,6%, superando a média nacional de 50,0%.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em maio de 2018).

Notas:

1) A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.

2) Em 2008 deu-se uma quebra na série decorrente do processo de articulação da informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) com o sistema de monitorização dos docentes do ensino superior (REBIDES), passando a quantificar-se no Setor Ensino Superior a atividade de I&D desenvolvida pelos docentes não reportados pelos centros de I&D.

3) Quando se analisa a despesa em I&D por setor de execução, há que considerar que em 2013 ocorreu uma nova quebra de série devido à reclassificação setorial de algumas Instituições Privadas sem fins Lucrativos no setor do Ensino Superior.

Peso do investimento em I&D no PIB = Despesa em I&D/PIB x 100

Proporção do investimento em I&D do setor privado = Despesa em I&D executada pelas empresas e pelas instituições privadas sem fins lucrativos/Despesa em I&D total x 100

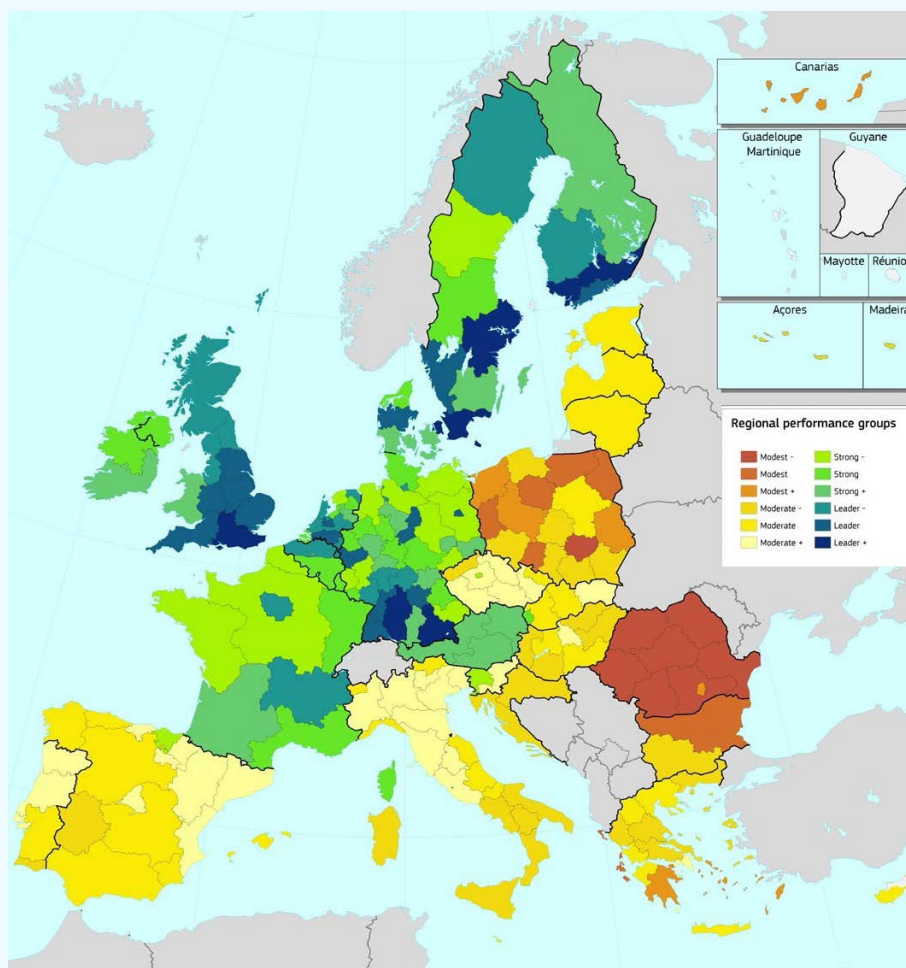
I&D – Investigação e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* em Portugal

<i>Regional Innovation Scoreboard 2017</i>			
	Categoria	% média europeia	Posição (220 regiões)
Portugal	Inovador moderado	-	-
Norte	Inovador moderado +	79,6	126
CENTRO	Inovador moderado +	85,0	121
AM Lisboa	Inovador moderado +	88,2	116
Alentejo	Inovador moderado	68,4	149
Algarve	Inovador moderado -	53,5	184
Açores	Inovador moderado -	52,9	188
Madeira	Inovador moderado -	55,0	182

Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* na União Europeia

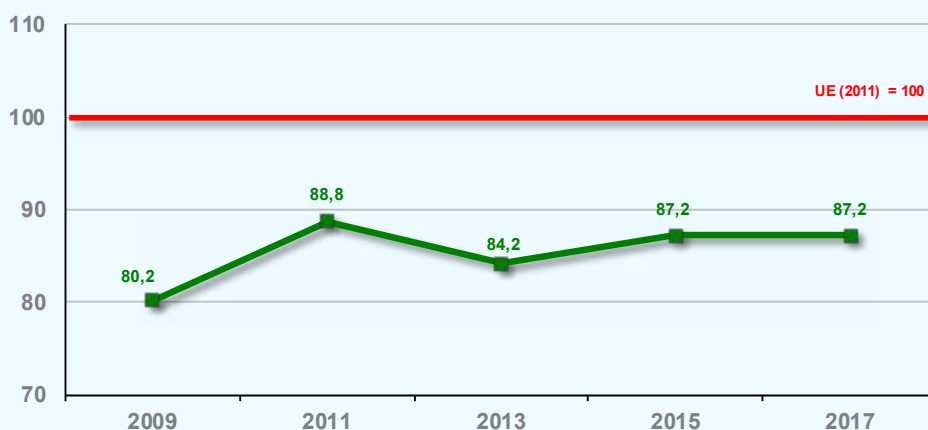


Posição relativa da Região Centro face à União Europeia e a Portugal nos indicadores do *Regional Innovation Scoreboard*



set 2017

Desempenho da Região Centro entre 2009 e 2017 face à média da União Europeia em 2011 no *Regional Innovation Scoreboard*



Segundo a edição de 2017 do Regional Innovation Scoreboard, que introduziu alterações metodológicas face às versões anteriores, a Região Centro foi classificada, nesse ano, como inovador moderado (terceiro grupo de desempenho em matéria de inovação), sendo que dentro deste é considerada inovador moderado + (o melhor nesta categoria). O Centro apresenta-se como a segunda região portuguesa com melhor desempenho em termos de inovação, mas inferior à média da União Europeia em 2017 (85,0%). No total das 220 regiões europeias localiza-se na 121ª posição, enquanto que no grupo das 85 regiões inovadoras moderadas encontra-se na oitava posição. Para este posicionamento contribuiu o seu bom desempenho relativo em variáveis como a despesa das empresas em inovação (exceto I&D), a proporção de PME's com inovação intra-muros, a proporção de PME's com inovação de produto/processo ou de marketing/organizacional.

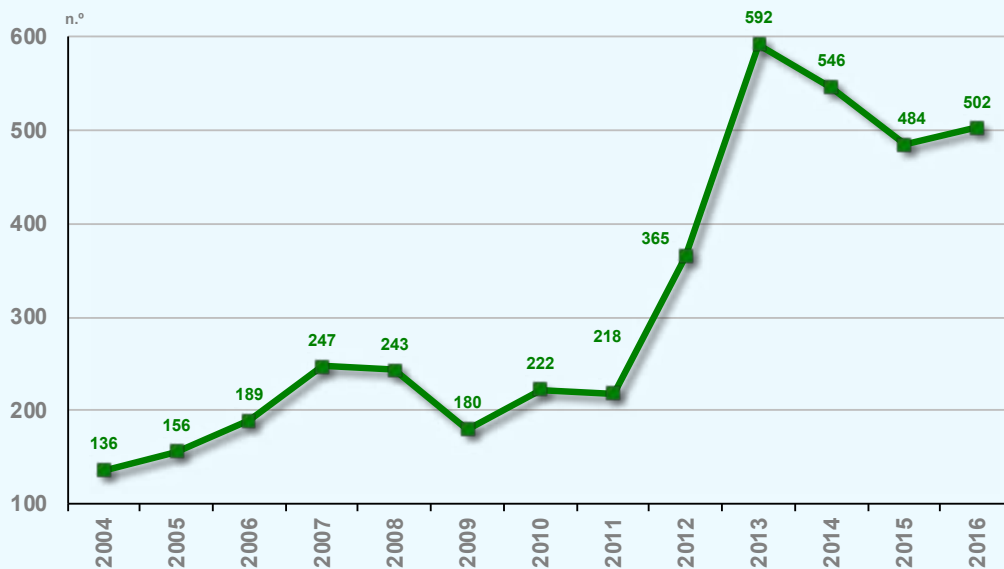
Tendo por base os níveis de inovação de 2011 (ano base considerado neste estudo para uma análise evolutiva), verifica-se que o desempenho da Região Centro diminuiu ao longo do tempo. No entanto, nos últimos anos tem-se registado uma aproximação aos valores de 2011.

set 2017

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard 2017* (dados extraídos da publicação).

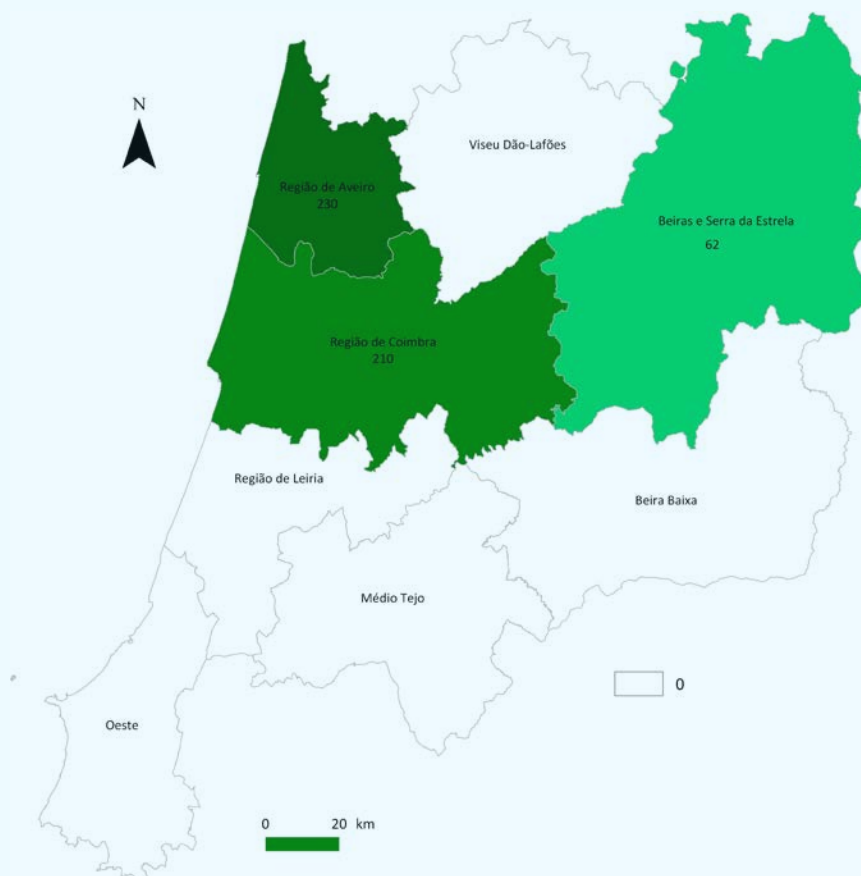
Nota: O *Regional Innovation Scoreboard* (RIS) é um indicador produzido pela Comissão Europeia que permite uma comparação do desempenho em termos de inovação das várias regiões europeias. Estes dados abrangem 220 regiões dos 22 estados-membros da União Europeia, classificando-as em quatro grupos: inovador líder (*“innovation leader”*), inovador forte (*“strong innovation”*), inovador moderado (*“moderate innovator”*) e inovador modesto (*“modest innovator”*). O RIS 2017 divide ainda cada um deste grupos de desempenho em três subgrupos, de modo a permitir maior diversidade regional: as regiões posicionadas no terço superior (assinaladas com um “+”), no terço médio e no terço inferior (assinaladas com um “-”).

Doutorados por ano nas instituições de ensino superior da Região Centro entre 2004 e 2016

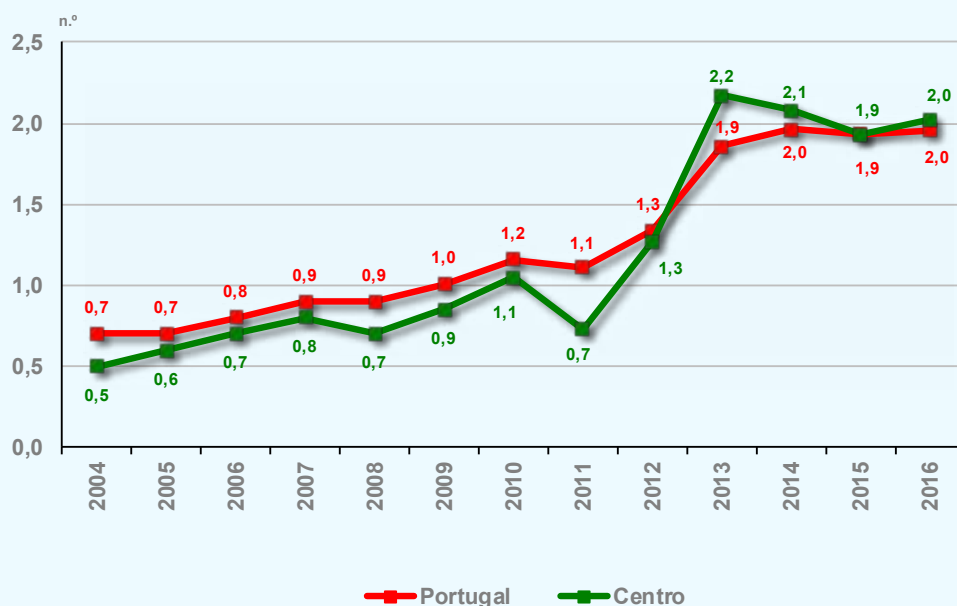


nov 2017

Doutorados por ano nas instituições de ensino superior da Região Centro, 2016



Doutorados por 1.000 habitantes nas instituições de ensino superior da Região Centro e de Portugal entre 2004 e 2016



nov 2017

Posicionamento da Região Centro

Doutorados por ano nas instituições de ensino superior, 2016			
	n.º	% do total nacional	n.º por 1.000 habitantes
Portugal	2.344	100,0	2,0
Norte	811	34,6	1,9
CENTRO	502	21,4	2,0
AM Lisboa	906	38,7	2,8
Alentejo	61	2,6	0,8
Algarve	46	2,0	0,9
Açores	7	0,3	0,2
Madeira	11	0,5	0,3

Em 2016, foram concluídos ou reconhecidos 502 doutoramentos nas instituições de ensino superior da Região Centro, representando 21,4% do total do país. Este valor cresceu 3,7% face ao ano anterior, mantendo-se num limiar muito acima dos valores de novos doutorados registados até 2012. Em termos sub-regionais, existiram doutoramentos na Região de Aveiro, na Região de Coimbra e nas Beiras e Serra da Estrela, o que resulta da localização das três universidades da região (Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra e Universidade da Beira Interior, respetivamente). Destacava-se ainda o alinhamento da região com a média nacional no indicador doutorados por 1.000 habitantes.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em novembro de 2017).

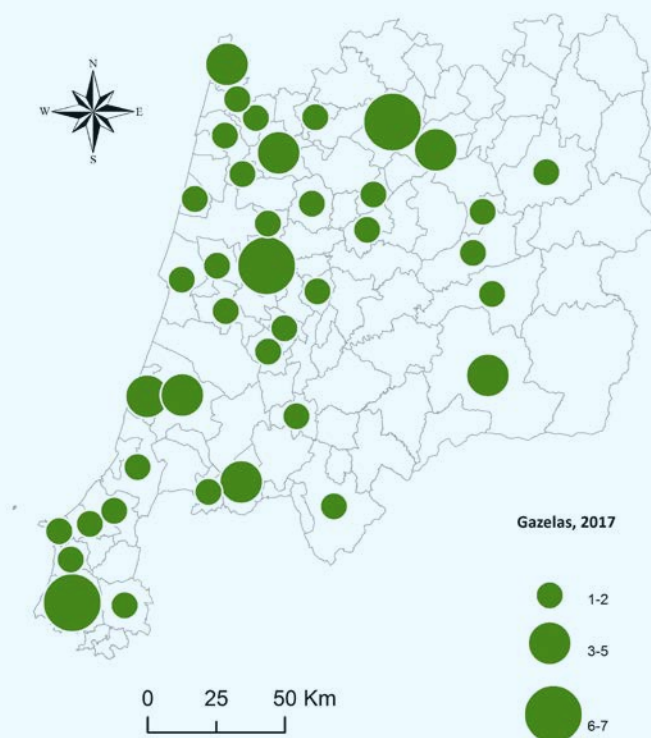
Doutorados por 1.000 habitantes = (Doutorados do ensino superior/População residente entre os 25 e 34 anos) x 1.000

Distribuição das 82 empresas gazela de 2017 na Região Centro por atividade económica

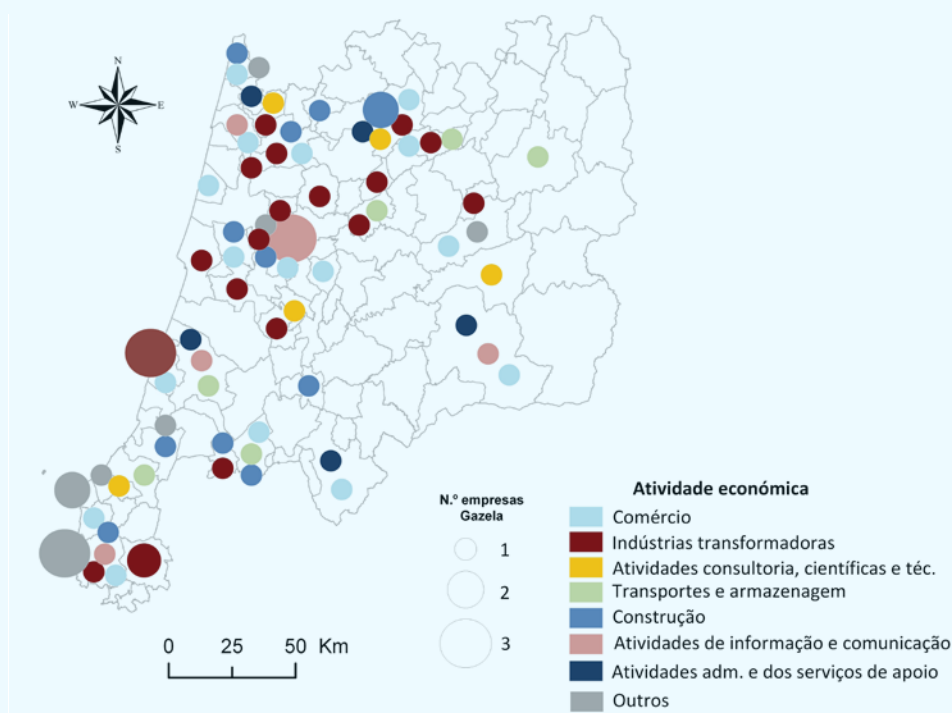
Atividades Económicas	Total (N.º)	Peso no total (%)
Indústrias transformadoras	21	25,6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	16	19,5
Construção	12	14,6
Atividades de informação e de comunicação	7	8,5
Transportes e armazenagem	6	7,3
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5	6,1
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5	6,1
Alojamento, restauração e similares	4	4,9
Atividades de saúde humana e apoio social	3	3,7
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2	2,4
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1	1,2
Atividades imobiliárias	0	0,0
Indústrias extrativas	0	0,0
Outras atividades	0	0,0
TOTAL	82	100,0

Distribuição geográfica das 82 empresas gazela de 2017 na Região Centro

Meta = 100 empresas gazela



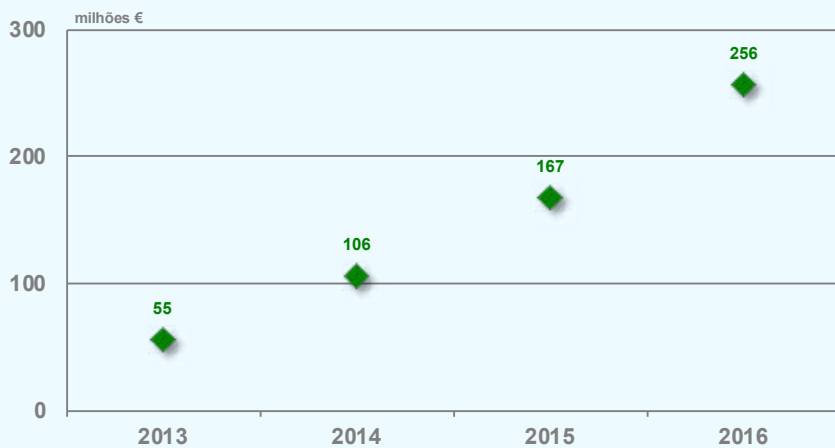
Distribuição geográfica das 82 empresas gazela de 2017 na Região Centro por atividade económica



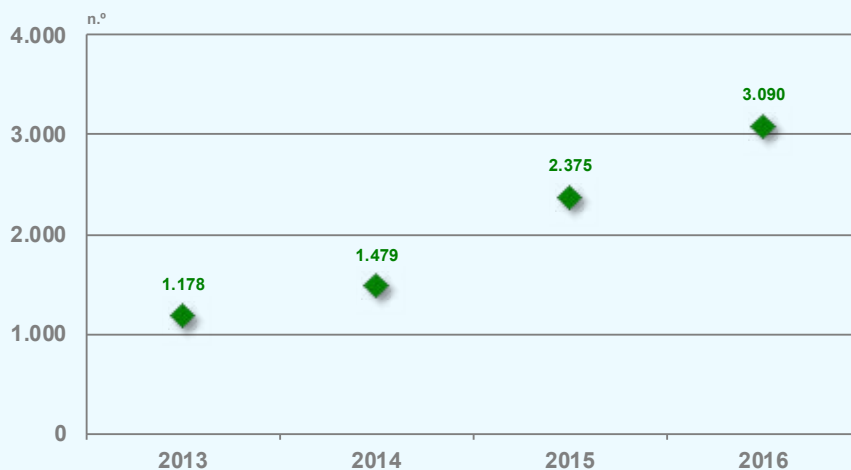
crescimento e competitividade

maio 2018

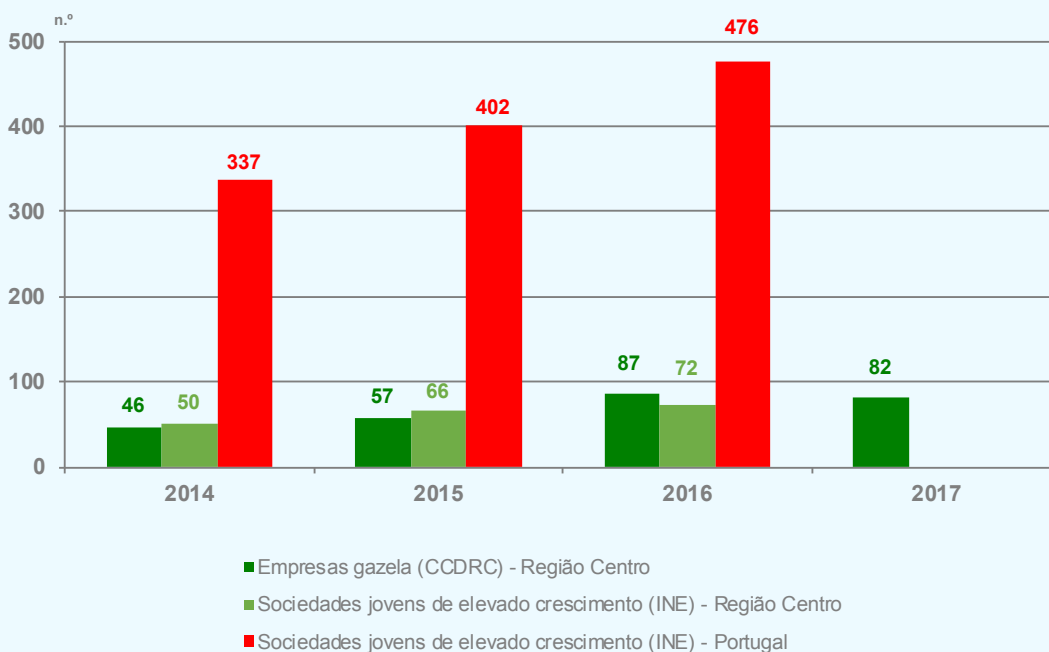
Desempenho económico das 82 empresas gazela de 2017 na Região Centro em termos de volume de negócios



Desempenho económico das 82 empresas gazela de 2016 na Região Centro em termos de emprego



Empresas gazela e sociedades jovens de elevado crescimento entre 2014 e 2017



Posicionamento da Região Centro

Sociedades jovens de elevado crescimento (gazelas), 2016			
	n.º	% do total nacional	% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas
Portugal	476	100,0	1,10
Norte	216	45,4	1,25
CENTRO	72	15,1	0,83
AM Lisboa	129	27,1	1,12
Alentejo	19	4,0	0,87
Algarve	23	4,8	1,18
Açores	6	1,3	0,81
Madeira	11	2,3	1,26

Segundo informação apurada pela CCDRC, na Região Centro, em 2017, existiam 82 empresas gazela (menos 5 do que no ano anterior), repartidas por 39 dos 100 municípios da região. Os municípios de Coimbra e Torres Vedras apresentavam o maior de empresas gazela (7 cada), seguidos pelos municípios de Viseu (6), Marinha Grande (4), Águeda, Castelo Branco, Leiria, Mangualde, Ovar e Torres Novas (com 3 empresas cada). Em 18 municípios existia apenas uma empresa gazela. Relativamente às sub-regiões, destacavam-se as NUTS III Região de Coimbra (18), Oeste (17), Região de Aveiro (12) e Viseu Dão Lafões (11). Cerca de 60% das empresas gazela da Região Centro encontravam-se concentradas em três setores de atividade económica: indústria transformadora (25,6%), comércio (19,5%) e construção (14,6%). O volume de negócios destas empresas cresceu de forma muito significativa entre 2013 e 2016, passando de 55 milhões de euros para 256 milhões de euros, comprovando que, mesmo em anos de maiores constrangimentos, conseguem continuar a expandir as suas atividades. Estas empresas são igualmente geradoras de um volume muito relevante de emprego, pois quase triplicaram o número de colaboradores entre 2013 e 2016, passando de 1.178 trabalhadores para 3.090.

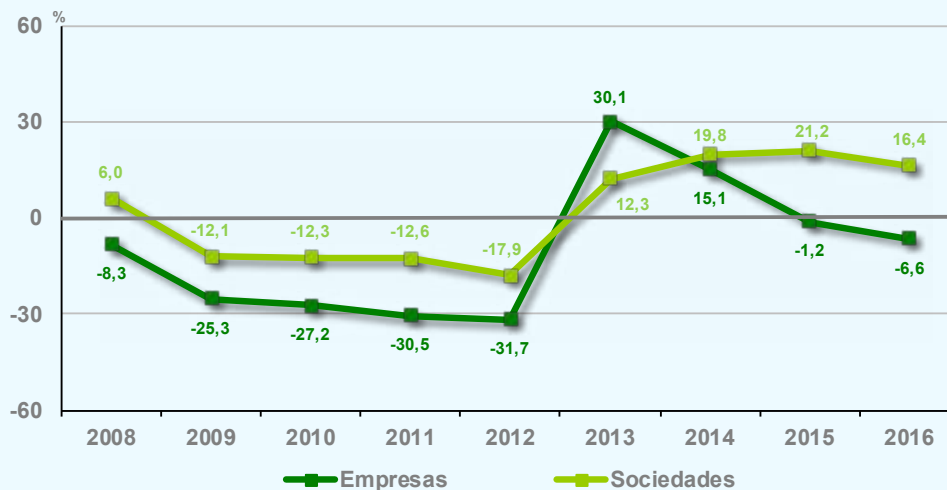
Segundo informação do INE, as sociedades jovens de elevado crescimento da Região Centro ascendiam a 72 em 2016, correspondendo a 15,1% do total nacional. Estas sociedades representavam 0,83% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas da região, valor abaixo da média nacional.

Fonte: Empresas gazela - cálculos próprios a partir de Iberinform, Crédito y Caución (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2017); sociedades jovens de elevado crescimento (gazela) – INE (dados anuais extraídos da publicação “Empresas em Portugal – 2016”).

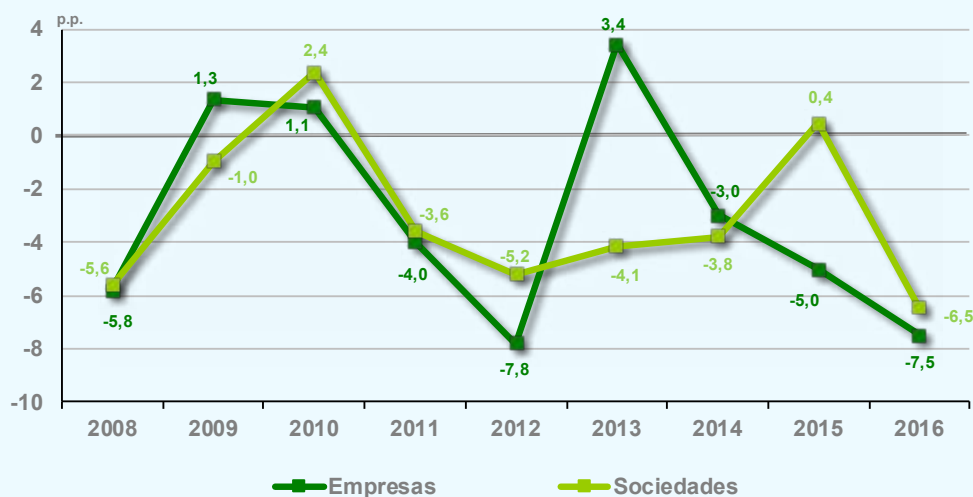
Empresa gazela: O conceito de empresa gazela assumido internacionalmente corresponde a empresas jovens e com elevados ritmos de crescimento, sustentados ao longo do tempo. Foram assim identificadas pela CCDRC, a partir dos dados de 2016, as empresas que cumulativamente: tinham sede na região Centro; apresentavam crescimentos do volume de negócios superiores a 20% ao ano em 2014, 2015 e 2016; empregavam pelo menos 10 trabalhadores em 2016; possuíam faturação igual ou superior a 500 mil euros em 2016; e nasceram a partir de 2008.

Sociedade jovem de elevado crescimento (gazela): Sociedade até 5 anos de idade com um crescimento médio anual superior a 10% ao longo de um período de 3 anos (o crescimento médio anual é medido em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas).

Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro entre 2008 e 2016



Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro face ao valor do país (Região Centro – Portugal) entre 2008 e 2016



Nascimentos e mortes de sociedades na Região Centro entre 2008 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	Taxa líquida de criação de empresas, 2016		Nascimentos de empresas, 2016		Mortes de empresas, 2016	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	0,9	0,0	178.432	100,0	176.809	100,0
Norte	-5,0	-5,9	54.796	30,7	57.509	32,5
CENTRO	-6,6	-7,5	34.948	19,6	37.252	21,1
AM Lisboa	10,9	10,0	58.627	32,9	52.217	29,5
Alentejo	-5,6	-6,5	11.476	6,4	12.122	6,9
Algarve	10,4	9,5	11.151	6,2	9.990	5,7
Açores	-12,5	-13,4	3.523	2,0	3.962	2,2
Madeira	3,9	3,0	3.911	2,2	3.757	2,1

	Taxa líquida de criação de sociedades, 2016		Nascimentos de sociedades, 2016		Mortes de sociedades, 2016	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	22,9	0,0	33.939	100,0	26.175	100,0
Norte	24,7	1,8	11.249	33,1	8.473	32,4
CENTRO	16,4	-6,5	5.696	16,8	4.761	18,2
AM Lisboa	24,8	2,0	12.196	35,9	9.167	35,0
Alentejo	29,0	6,1	1.986	5,9	1.410	5,4
Algarve	21,0	-1,9	1.708	5,0	1.350	5,2
Açores	39,9	17,0	411	1,2	247	0,9
Madeira	-10,7	-33,6	693	2,0	767	2,9

A taxa líquida de criação de empresas na Região Centro, em 2016, foi negativa (-6,6%), contrariamente à média nacional (0,9%), mantendo-se a tendência verificada desde 2008 e que apenas havia sido interrompida em 2013 e 2014. Cerca de um quinto dos nascimentos e das mortes de empresas no país eram de empresas da região.

Já a taxa líquida de criação de sociedades na Região Centro, em 2016, manteve-se positiva (16,4%), embora evidenciando uma desaceleração face aos dois anos anteriores e situando-se abaixo da média nacional de 22,9%. A região absorvia 16,8% dos nascimentos e 18,2% das mortes de sociedades do país.

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2018).

Notas:

- 1) Os dados de empresas e sociedades referem-se a empresas e sociedades não financeiras.
- 2) Os dados de mortes de empresas e de sociedades de 2015 são provisórios e os de 2016 são preliminares.

Taxa líquida de criação de empresas em % das empresas nascidas = $(\text{Nascimentos de empresas} - \text{Mortes de empresas}) / \text{Nascimentos de empresas} \times 100$

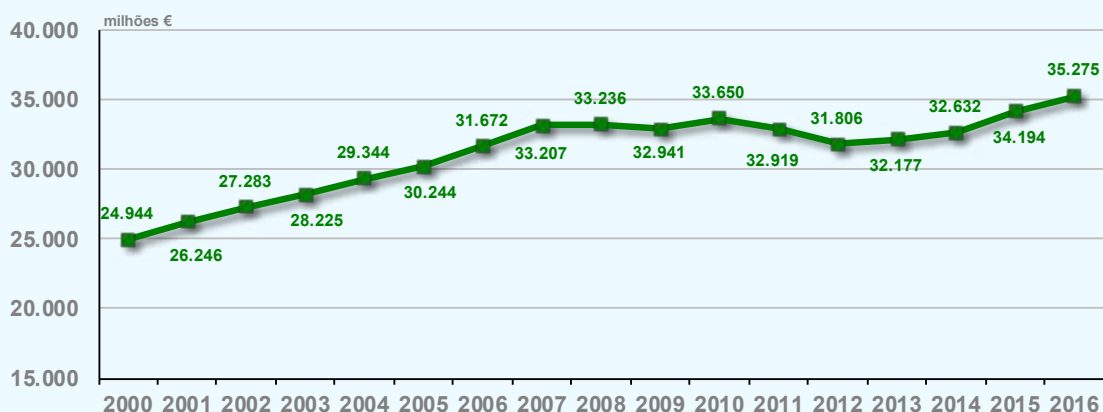
Taxa líquida de criação de sociedades em % das sociedades nascidas = $(\text{Nascimentos de sociedades} - \text{Mortes de sociedades}) / \text{Nascimentos de sociedades} \times 100$

Taxa líquida de criação de empresas face ao valor do país = Taxa líquida de criação de empresas da unidade territorial - Taxa líquida de criação de empresas do país

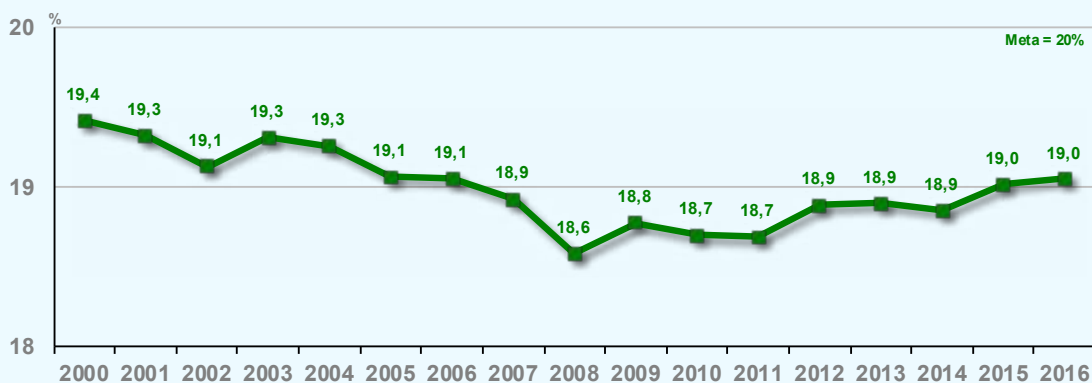
Taxa líquida de criação de sociedades face ao valor do país = Taxa líquida de criação de sociedades da unidade territorial - Taxa líquida de criação de sociedades do país

p.p. – Pontos percentuais

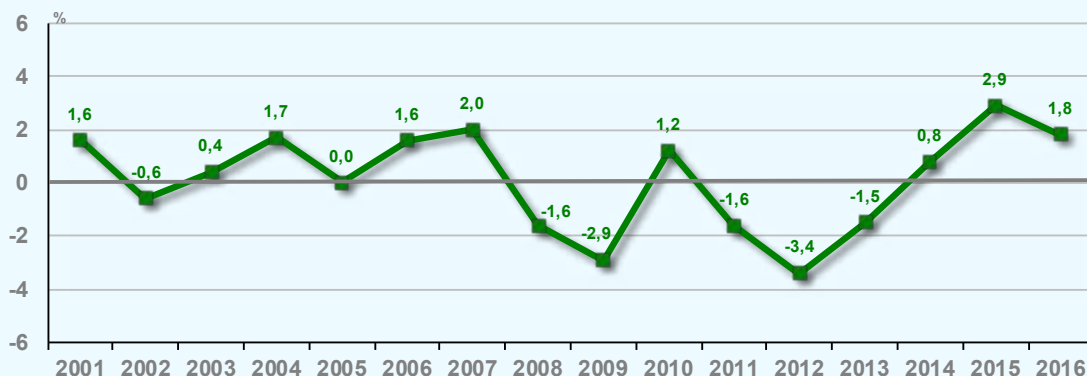
Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes na Região Centro entre 2000 e 2016



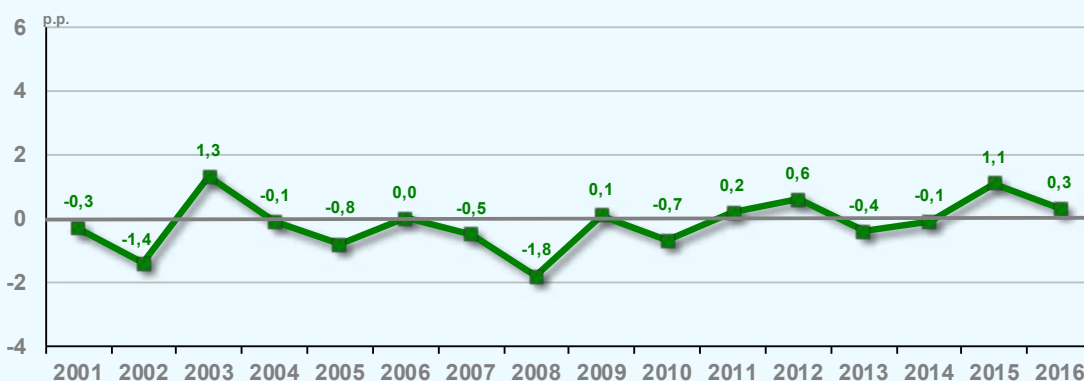
Peso do PIB da Região Centro no total nacional a preços correntes entre 2000 e 2016



Taxa de crescimento real do PIB na Região Centro entre 2001 e 2016



Crescimento real do PIB na Região Centro face ao país (Região Centro – Portugal) entre 2001 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	PIB a preços correntes, 2016 (milhões €)	Peso do PIB no total nacional, 2016 (%)	Taxa de crescimento real do PIB, 2016 (%)	Crescimento real do PIB face ao país (Região - País), 2016 (p.p.)
Portugal	185.179	100,0	1,5	0,0
Norte	54.462	29,4	1,9	0,4
CENTRO	35.275	19,0	1,8	0,3
AM Lisboa	66.521	35,9	1,2	-0,3
Alentejo	12.163	6,6	0,5	-1,0
Algarve	8.323	4,5	2,6	1,1
Açores	3.927	2,1	1,6	0,1

dez 2017

crescimento e competitividade

Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Centro ascendia a 35 mil milhões de euros, o valor mais elevado desde 2000. A taxa de crescimento real do PIB aumentou 1,8%, superando, em 2016, a média nacional. O PIB regional representa 19,0% do total do país, sendo a terceira região a nível nacional e mantendo a importância relativa dos anos anteriores.

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2015 e provisórios de 2016, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2017).

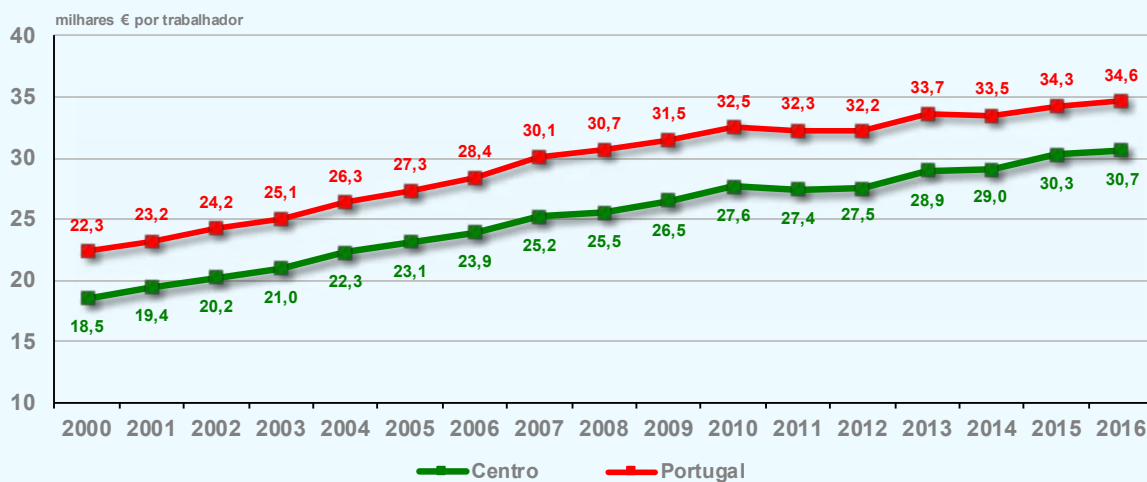
Taxa de crescimento real do PIB (taxa de variação em volume) = $(\text{PIB do ano } n - \text{PIB do ano } n-1) / (\text{PIB do ano } n-1) \times 100$, com PIB avaliado a preços do ano $n-1$

Crescimento real do PIB da Região Centro face ao país = Taxa de crescimento real do PIB da Região Centro – Taxa de crescimento real do PIB de Portugal

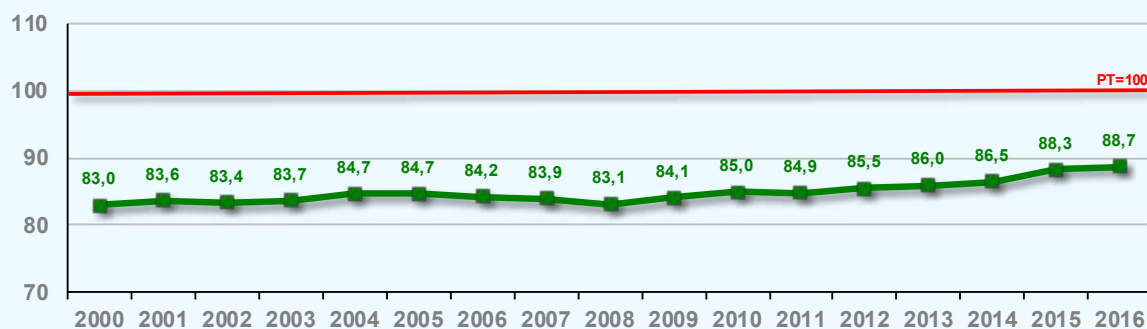
PIB – Produto Interno Bruto

p.p. – Pontos percentuais

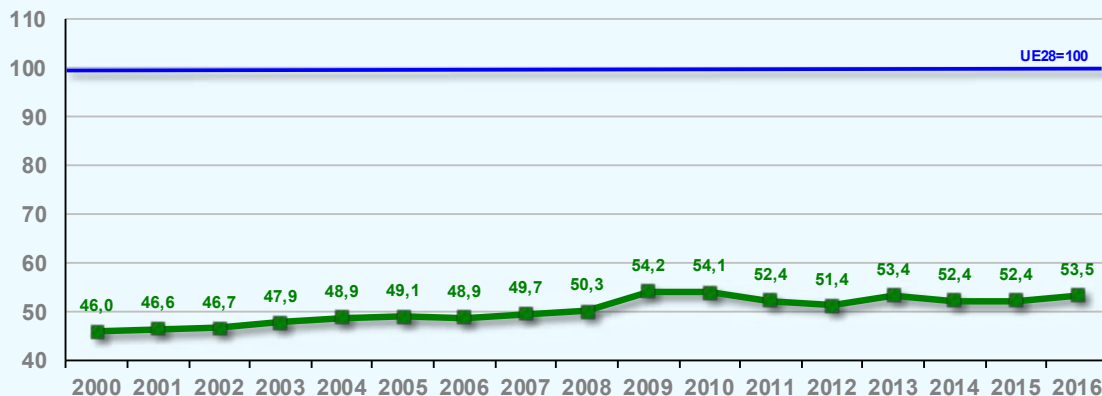
Produtividade do trabalho entre 2000 e 2016



Produtividade do trabalho na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2016



Produtividade do trabalho na Região Centro (UE28=100) entre 2000 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	Produtividade do trabalho, 2016		
	milhares € por trabalhador	PT=100	UE28=100
Portugal	34,6	100,0	60,3
Norte	29,5	85,3	51,5
CENTRO	30,7	88,7	53,5
AM Lisboa	43,3	125,0	75,4
Alentejo	36,6	105,9	63,8
Algarve	35,8	103,4	62,4
Açores	31,5	91,0	54,9
Madeira	34,3	99,0	59,7

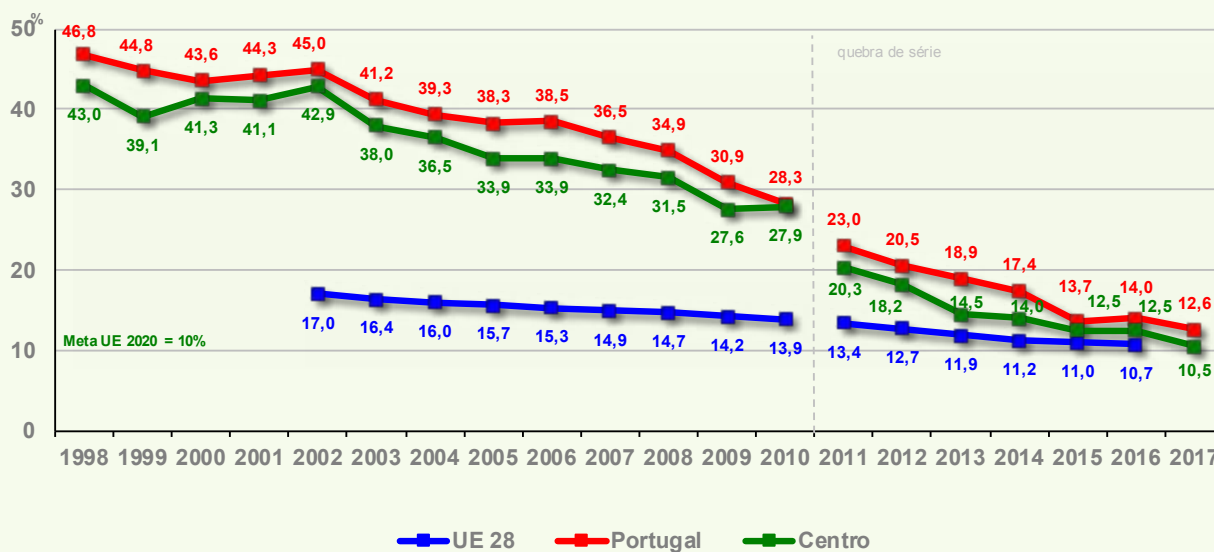
dez 2017

Em 2016, a produtividade do trabalho na Região Centro era de 30,7 milhares de euros por trabalhador, representando 88,7% do total nacional e 53,5% da produtividade do conjunto dos 28 países da União Europeia. Nos últimos anos, a Região Centro tem convergido lentamente para a média nacional. No entanto, tem divergido, embora de forma ligeira, da média europeia, continuando aquém do valor máximo de 54,2% registado em 2009. O Centro mantém-se como uma das regiões portuguesas com mais baixa produtividade do trabalho.

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2015 e provisórios de 2016, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2017) e Eurostat (dados anuais definitivos de 2000 a 2015 e provisórios de 2016, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2017).

Produtividade do trabalho = Valor Acrescentado Bruto/Emprego

Taxa de abandono escolar precoce entre 1998 e 2017



Posicionamento da Região Centro

Taxa de abandono escolar precoce, 2017 (%)

UE 28	x
Portugal	12,6
Norte	12,8
CENTRO	10,5
AM Lisboa	10,8
Alentejo	12,9
Algarve	17,1
Açores	27,8
Madeira	§

x - Dado não disponível
 § - Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

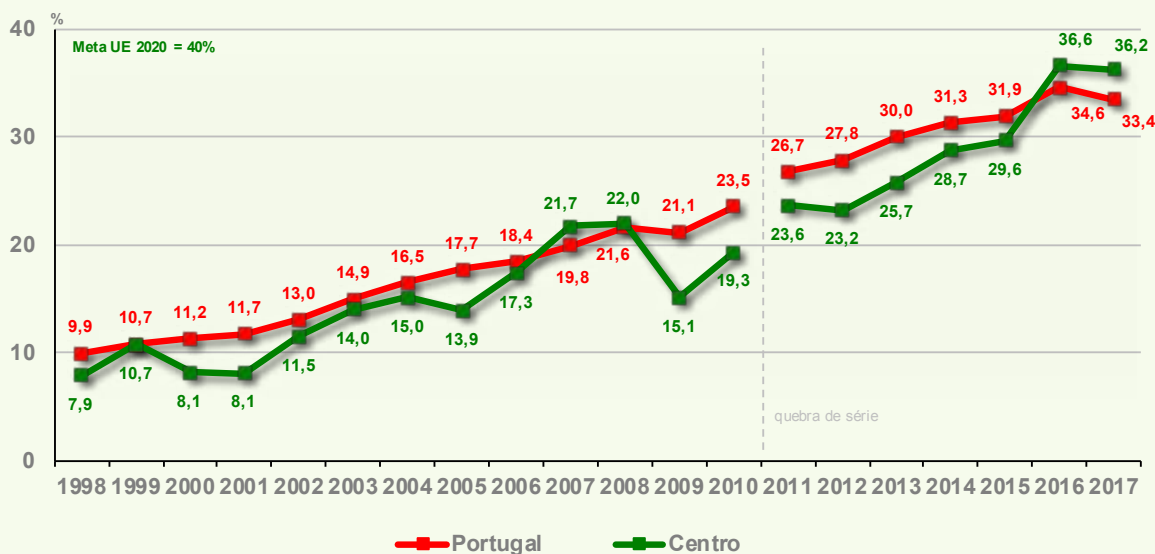
Em 2017, a taxa de abandono escolar precoce na Região Centro desceu para os 10,5%. Este valor manteve-se abaixo da média nacional que também diminuiu para os 12,6%. A Região Centro foi assim, em 2017, a região portuguesa com a mais baixa taxa de abandono escolar precoce. Nas últimas décadas, este indicador tem registado acentuadas descidas, aproximando-se da meta estabelecida pela União Europeia para ser atingida em 2020 (10%).

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2018) e Eurostat (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2018).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

Taxa de abandono escolar precoce = (População residente entre 18 e 24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) / População residente com idade entre 18 e 24 anos) x 100

População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior entre 1998 e 2017



Posicionamento da Região Centro

	População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, 2017 (%)	População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, Censos 2011 (%)
Portugal	33,4	28,6
Norte	31,0	25,8
CENTRO	36,2	27,7
AM Lisboa	38,1	35,8
Alentejo	27,1	22,3
Algarve	29,2	24,5
Açores	§	18,9
Madeira	30,5	25,8

§ - Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

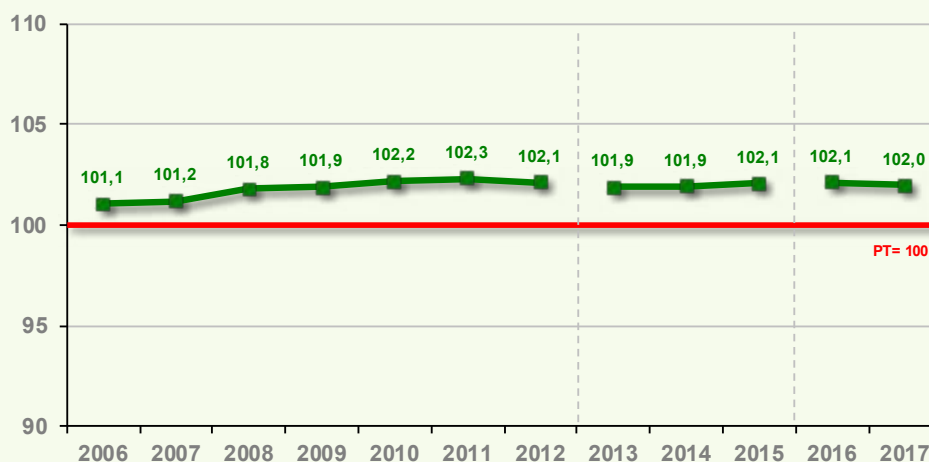
Em 2017, 36,2% da população com idade entre os 30 e os 34 anos da Região Centro tinha o ensino superior completo. A região manteve-se acima da média nacional, apesar de ambos os territórios terem registado uma ligeira descida face a 2016, e foi a segunda região portuguesa com melhor desempenho, depois da Área Metropolitana de Lisboa. Nas últimas décadas, este indicador tem vindo a aumentar, correspondendo atualmente a mais do quádruplo do valor registado em 1998. Com esta evolução a região está gradualmente a aproximar-se da meta estabelecida pela União Europeia para 2020 (40% da população jovem com formação superior).

Fonte: INE (Inquérito ao Emprego: dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2018; Censos 2011: dados decenais, disponibilizados em fevereiro de 2013 e extraídos pela CCDRC em junho de 2013).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior = População com ensino superior completo entre os 30-34 anos/População entre os 30-34 anos x 100

Resultados de exames nacionais dos ensinos básico e secundário na Região Centro (PT=100) entre 2006 e 2017



Posicionamento da Região Centro

	Posicionamento face ao país nos resultados de exames nacionais (PT=100), 2017			Resultados de exames nacionais, 2017	
	Média dos ensinos básico e secundário	Ensino básico - 9.º ano	Ensino secundário	Ensino básico - 9.º ano (níveis 1 a 5)	Ensino secundário (0 a 20 valores)
Portugal	100,00	100,00	100,00	2,93	9,99
Norte	101,40	100,86	101,94	2,96	10,18
CENTRO	101,96	102,87	101,06	3,02	10,09
AM Lisboa	99,07	99,24	98,89	2,91	9,87
Alentejo	96,14	96,62	95,66	2,83	9,55
Algarve	97,13	96,48	97,79	2,83	9,76
Açores	89,94	89,02	90,85	2,61	9,07
Madeira	96,54	96,31	96,78	2,82	9,66

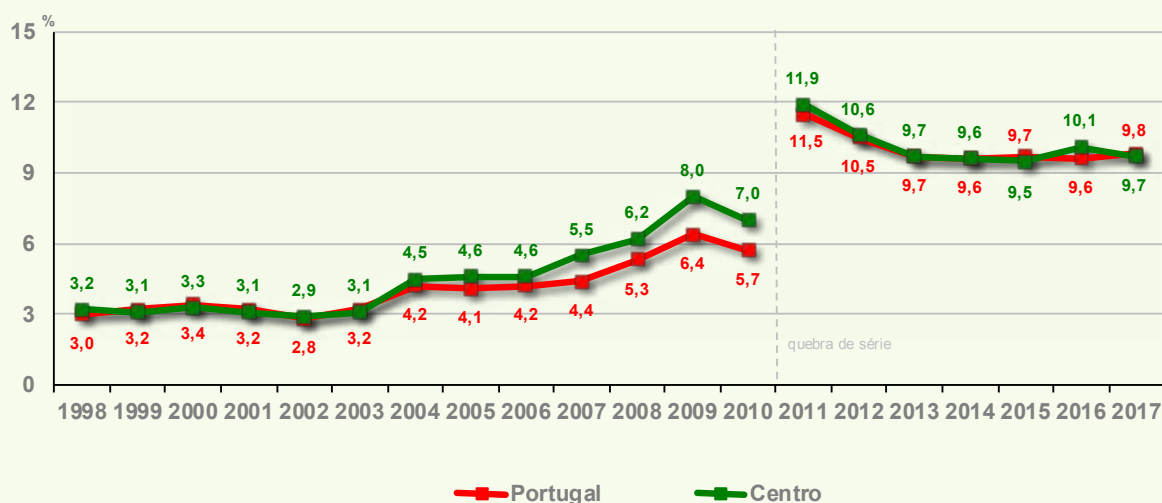
Em 2017, os alunos do 9.º ano do ensino básico e do secundário de estabelecimentos de ensino da Região Centro tiveram, em média, melhores resultados nos exames nacionais do que os observados nas restantes regiões do país, tendo mantido aproximadamente o mesmo distanciamento face à média nacional, que o verificado nos dois anos anteriores. Esta evolução favorável verifica-se também quando analisamos separadamente os níveis de ensino, com o Centro a apresentar o melhor desempenho do país nos resultados dos exames nacionais do 9.º ano do ensino básico e a assumir a segunda posição do ranking nacional no ensino secundário, após a Região Norte.

Fonte: Cálculos próprios a partir da Direção Geral de Educação (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2018).

Notas:

- 1) Os valores de Portugal incluem os resultados de alunos que frequentam escolas portuguesas no estrangeiro.
- 2) No ensino básico, os exames nacionais foram realizados para o 9.º ano de 2006 a 2011; para os 6.º e 9.º anos em 2012; para os 4.º, 6.º e 9.º anos de 2013 a 2015; e novamente apenas para o 9.º ano em 2016 e 2017. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

Aprendizagem ao longo da vida entre 1998 e 2017



Posicionamento da Região Centro

	Aprendizagem ao longo da vida, 2017 (%)
Portugal	9,8
Norte	8,5
CENTRO	9,7
AM Lisboa	12,8
Alentejo	8,5
Algarve	8,6
Açores	5,9
Madeira	8,1

fev 2018

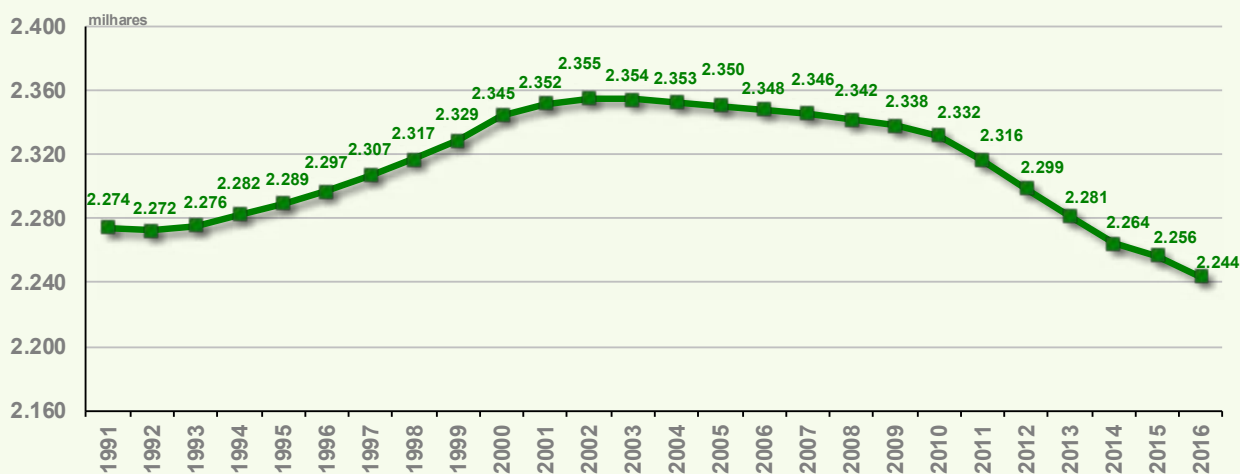
Em 2017, 9,7% da população com idade entre os 25 e os 64 anos da Região Centro participou em atividades de educação e formação. Este valor diminuiu face a 2016 e posicionou a região ligeiramente abaixo da média nacional. Comparativamente com as outras regiões portuguesas, o Centro manteve-se em segundo lugar, depois da Área Metropolitana de Lisboa.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2018).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

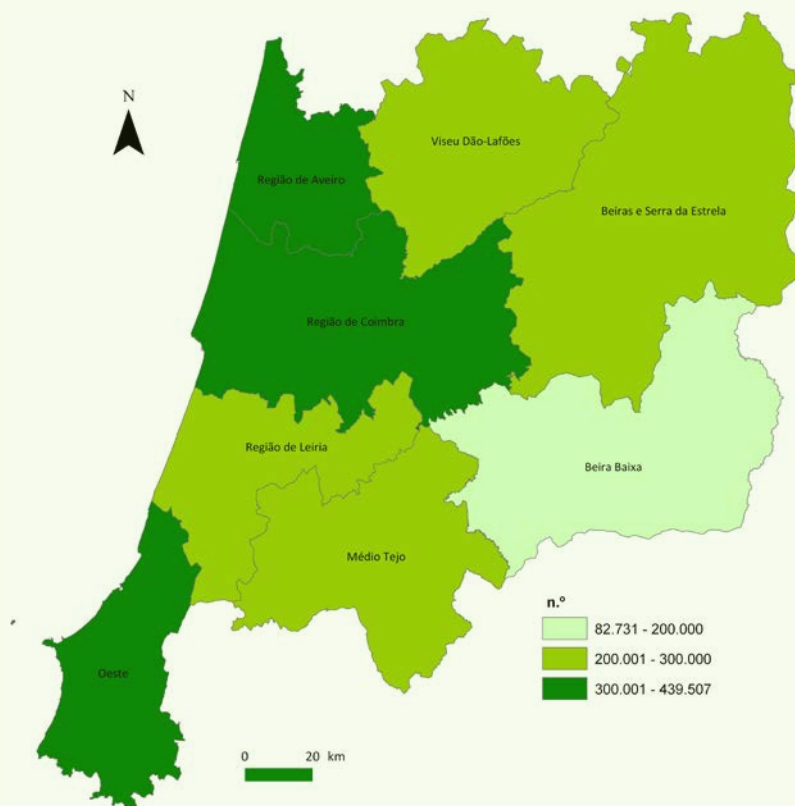
Aprendizagem ao longo da vida = População entre os 25 e os 64 anos que no período de referência participou em atividades de educação e formação/População entre os 25 e os 64 anos x 100

População residente na Região Centro entre 1991 e 2016



potencial humano

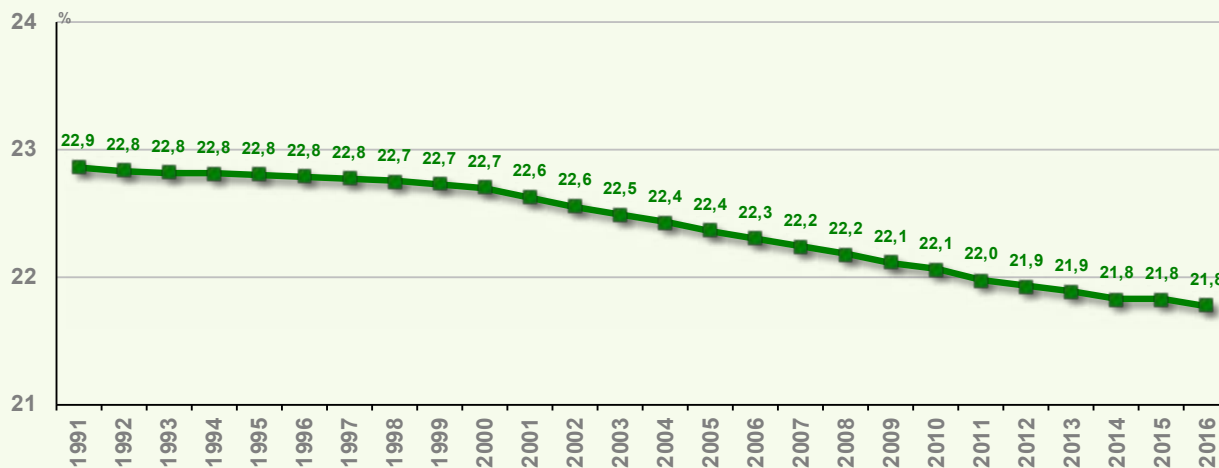
População residente na Região Centro, 2016



jul 2017



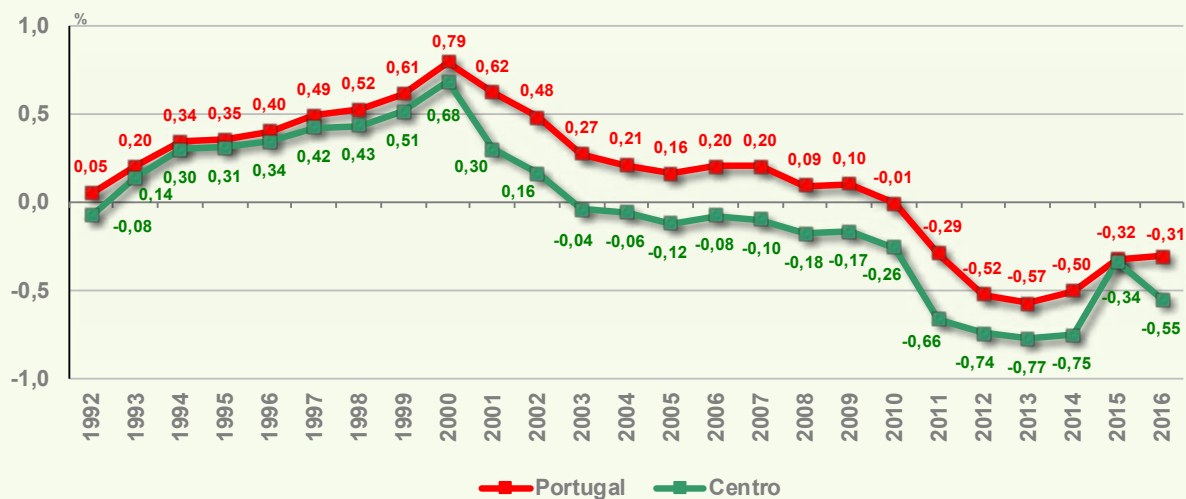
Peso da população residente na Região Centro no total nacional entre 1991 e 2016



potencial humano

jul 2017

Taxa de variação da população residente entre 1992 e 2016



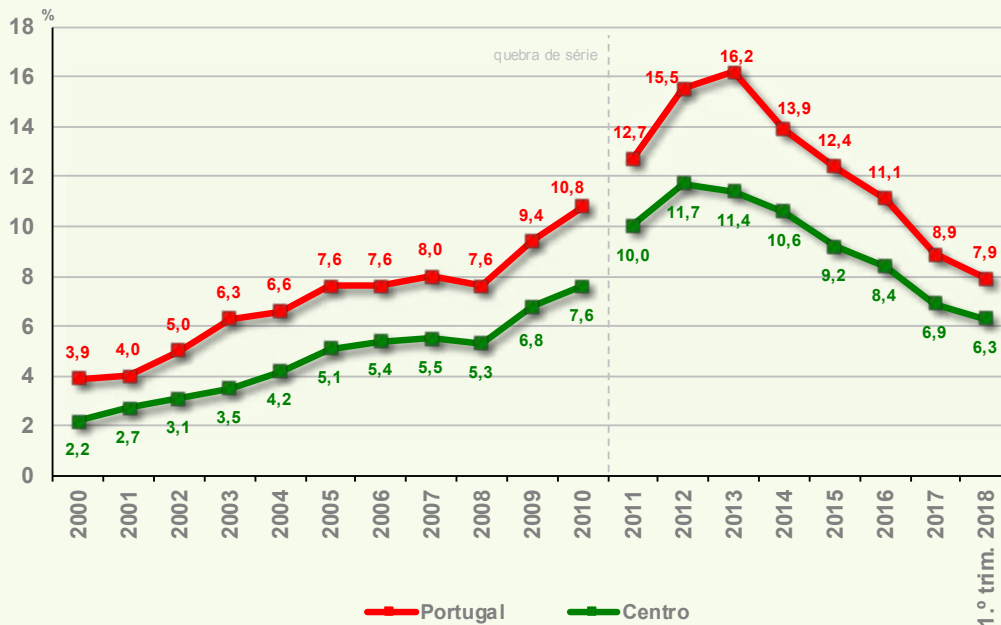
Posicionamento da Região Centro

	População residente, 2016		Taxa de variação da população residente, 2015-2016
	n.º	% do total nacional	%
Portugal	10.309.573	100,0	-0,31
Norte	3.584.575	34,8	-0,53
CENTRO	2.243.934	21,8	-0,55
AM Lisboa	2.821.349	27,4	0,31
Alentejo	718.087	7,0	-0,87
Algarve	441.469	4,3	-0,10
Açores	245.283	2,4	-0,20
Madeira	254.876	2,5	-0,60

A 31 de dezembro de 2016, estimava-se que residiam na Região Centro 2,2 milhões de indivíduos, o que representava 21,8% da população residente no país. O peso da população residente na Região Centro no total nacional era semelhante ao dos dois anos anteriores (os mais baixos das duas últimas décadas). As quatro sub-regiões do litoral concentravam 65% da população total do Centro, peso que sobe para os 87% se considerarmos ainda Viseu Dão-Lafões e Médio Tejo. Face ao ano anterior, a população residente na Região Centro diminuiu 0,55% enquanto, em termos médios, no país decresceu 0,31%.

Fonte: INE, Estimativas da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2017).

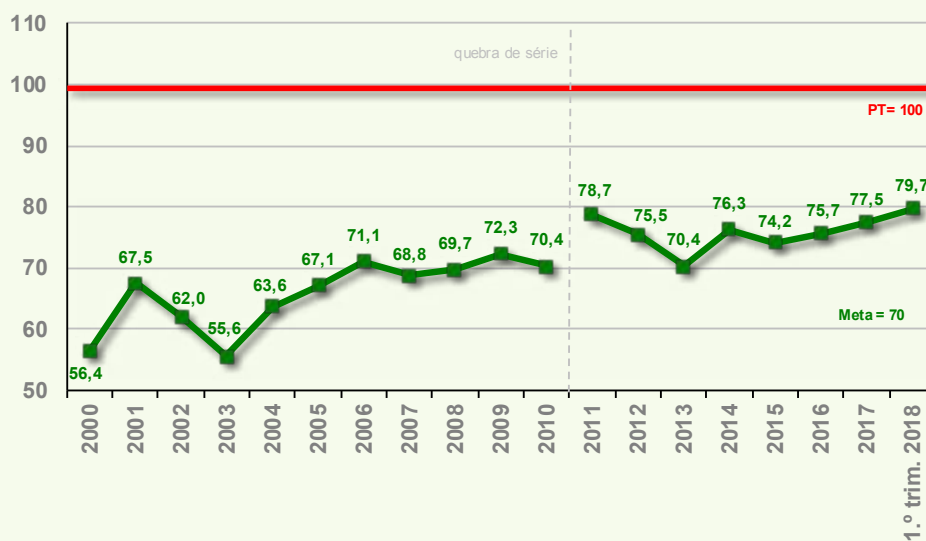
Taxa de desemprego entre o ano 2000 e o primeiro trimestre de 2018



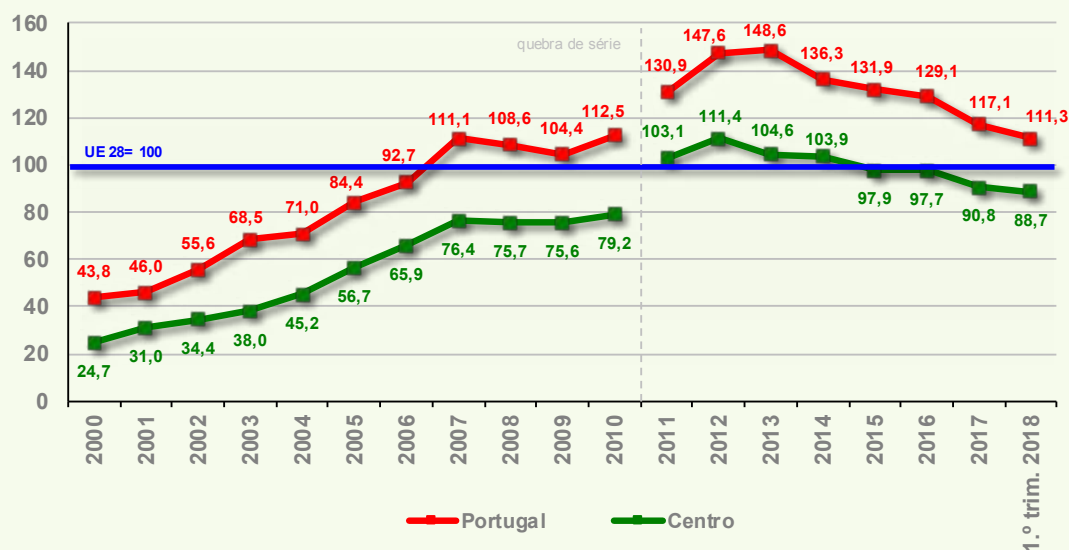
maio 2018

potencial humano

Taxa de desemprego na Região Centro (PT=100) entre o ano 2000 e o primeiro trimestre de 2018



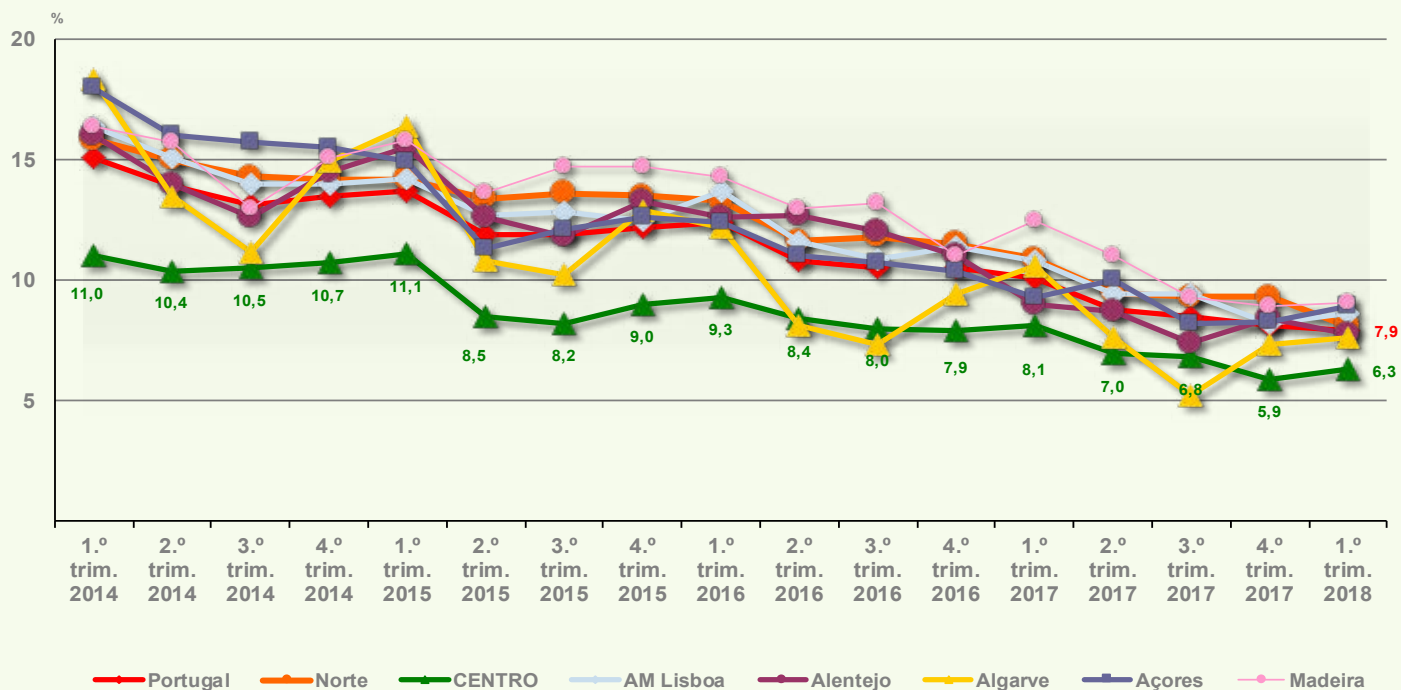
Taxa de desemprego (UE28=100) entre o ano 2000 e o primeiro trimestre de 2018



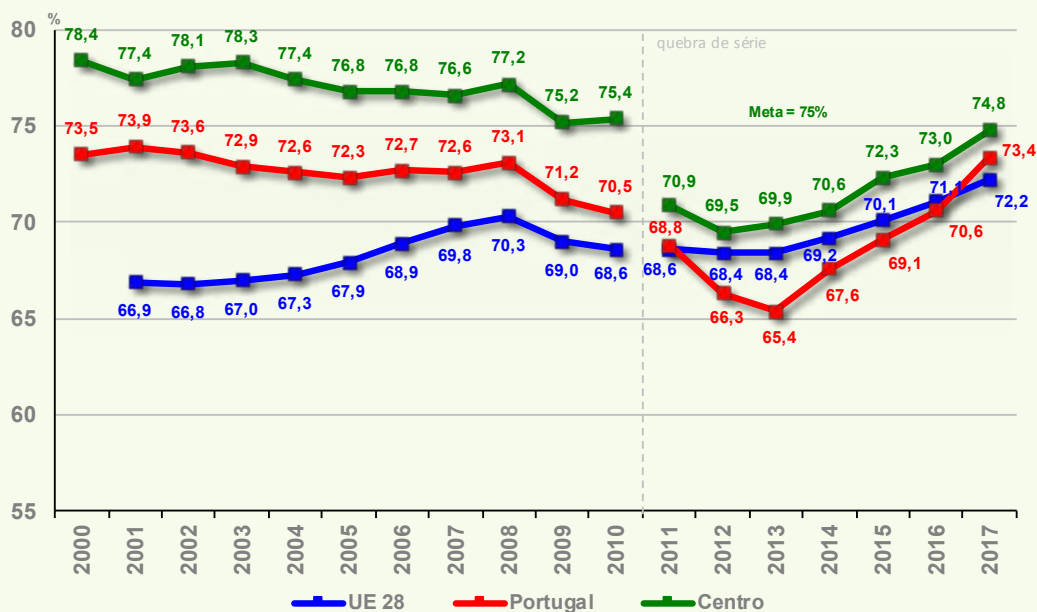
potencial humano

maio 2018

Taxa de desemprego trimestral por regiões NUTS II entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018



Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos entre 2000 e 2017



potencial humano

maio 2018

Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego, 2017			Taxa de desemprego, 1.º trimestre de 2018			Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, 2017 (%)
	%	% média nacional	% média europeia	%	% média nacional	% média europeia	
UE 28	7,6	-	100,0	7,1	-	100,0	72,2
Portugal	8,9	100,0	117,1	7,9	100,0	111,3	73,4
Norte	9,8	110,1	128,9	8,1	102,5	114,1	71,5
CENTRO	6,9	77,5	90,8	6,3	79,7	88,7	74,8
AM Lisboa	9,5	106,7	125,0	8,6	108,9	121,1	75,0
Alentejo	8,4	94,4	110,5	7,8	98,7	109,9	73,4
Algarve	7,7	86,5	101,3	7,6	96,2	107,0	77,2
Açores	9,0	101,1	118,4	8,9	112,7	125,4	69,1
Madeira	10,4	116,9	136,8	9,1	115,2	128,2	69,0

No primeiro trimestre de 2018, a taxa de desemprego da Região Centro aumentou face ao trimestre anterior, fixando-se nos 6,3%, valor abaixo da média nacional e europeia, mantendo-se o mais reduzido do país. Já em termos homólogos, assistiu-se a um recuo significativo (-1,8 pontos percentuais do que no primeiro trimestre de 2017). Neste trimestre, a taxa de desemprego da região representava 79,7% da média nacional e 88,7% da média dos 28 estados membros europeus.

Em termos anuais, em 2017, a taxa de desemprego foi de 6,9%, correspondendo a 77,5% da média nacional e 90,8% da europeia. Face a 2016, registou-se uma diminuição de 1,5 pontos percentuais, tendo a região permanecido com a mais baixa taxa de desemprego do país. A taxa de emprego dos 20 aos 64 anos da Região Centro, em 2017, fixou-se nos 74,8%, estando muito próxima da meta estabelecida pela União Europeia para 2020 (75,0%). O valor assumido por este indicador na Região Centro mantém-se superior à média nacional, sendo um dos mais elevados entre as regiões portuguesas, e à média europeia.

Fonte: INE (dados anuais e trimestrais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em maio de 2018) e Eurostat (dados anuais e trimestrais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em maio de 2018).

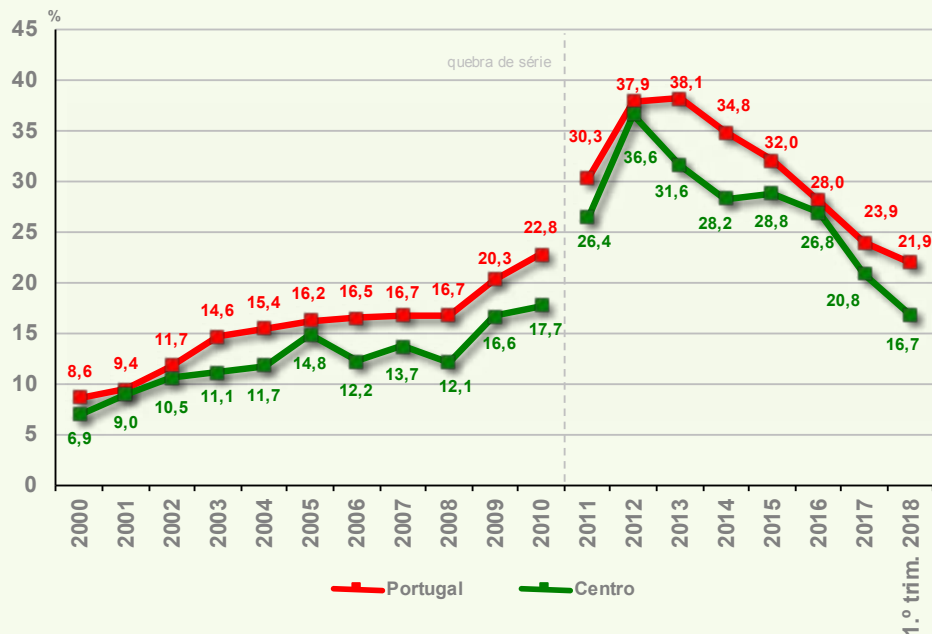
Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

Taxa de desemprego = População desempregada/População ativa x 100

Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos = População dos 20 aos 64 anos empregada/População dos 20 aos 64 anos x 100

População ativa: Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

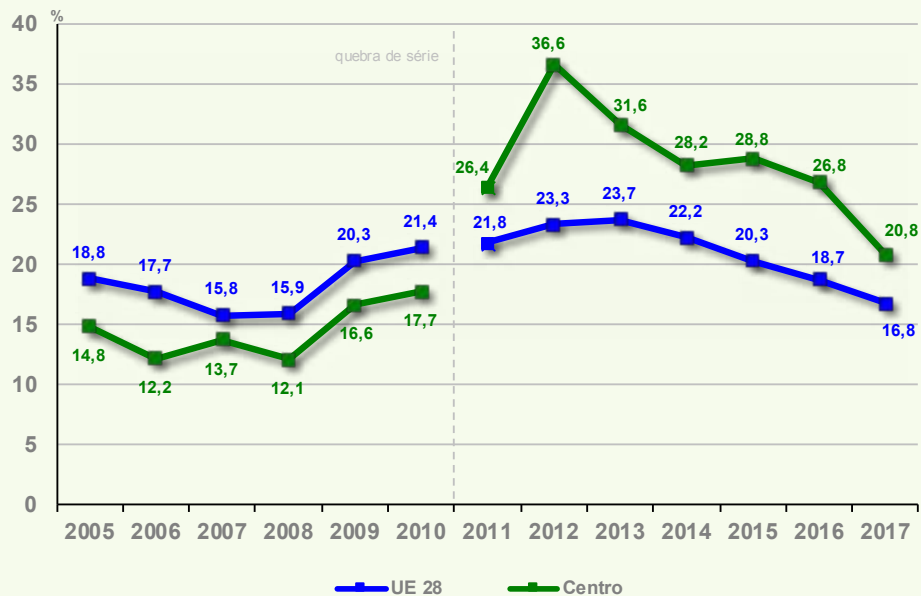
Taxa de desemprego jovem na Região Centro e em Portugal entre o ano 2000 e o primeiro trimestre de 2018



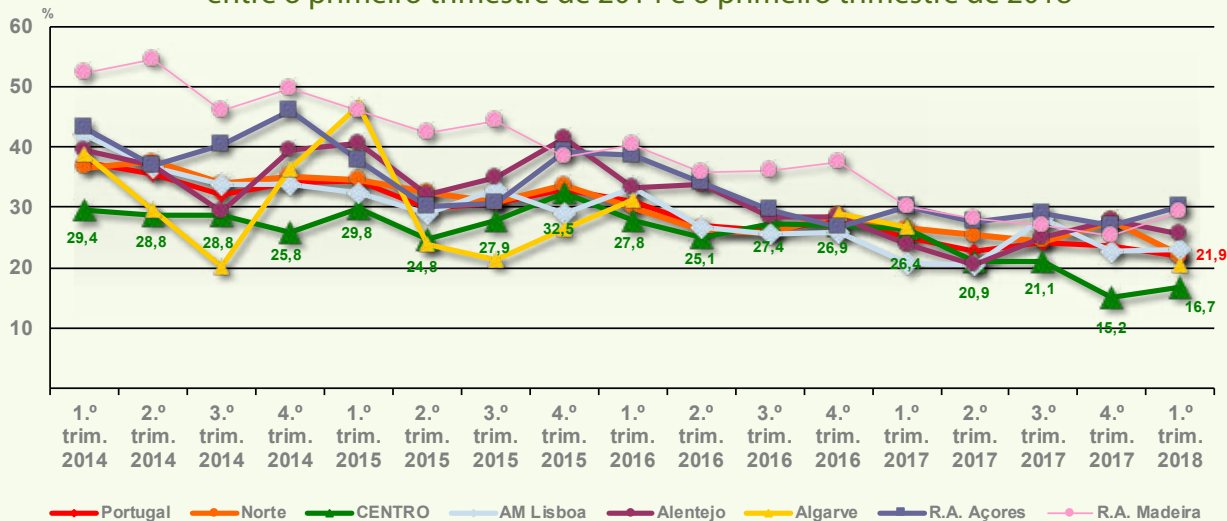
potencial humano

maio 2018

Taxa de desemprego jovem na Região Centro e na União Europeia entre 2005 e 2017



Taxa de desemprego jovem trimestral por regiões NUTS II entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego jovem, 2017			Taxa de desemprego jovem, 1.º trimestre de 2018	
	%	% média nacional	% média europeia	%	% média nacional
Portugal	23,9	100,0	142,3	21,9	100,0
Norte	26,0	108,8	154,8	21,9	100,0
CENTRO	20,8	87,0	123,8	16,7	76,3
AM Lisboa	23,1	96,7	137,5	23,1	105,5
Alentejo	24,4	102,1	145,2	25,5	116,4
Algarve	19,0	79,5	113,1	20,4	93,2
Açores	28,5	119,2	169,6	30,0	137,0
Madeira	27,4	114,6	163,1	29,3	133,8

No primeiro trimestre de 2018, a taxa de desemprego jovem na região fixou-se nos 16,7%, correspondendo a 76,3% da média nacional e à mais baixa taxa do país. Face ao trimestre anterior verificou-se um aumento da taxa de desemprego jovem (+1,5 pontos percentuais) mas, face ao trimestre homólogo, registou-se uma diminuição muito significativa (-9,7 pontos percentuais do que no primeiro trimestre de 2017).

Em termos anuais, em 2017, a taxa de desemprego jovem foi de 20,8%, representando 87,0% da média nacional. Face a 2016 registou-se uma diminuição de 6 pontos percentuais. Comparativamente às restantes regiões portuguesas, a Região Centro apresenta o segundo melhor desempenho (depois do Algarve). No que respeita à comparação da região com a média europeia, verifica-se que, nos últimos anos, os níveis de desemprego jovem têm-se mantido bastante acima da média dos 28 países da União Europeia, assumindo, em 2017, 123,8%.

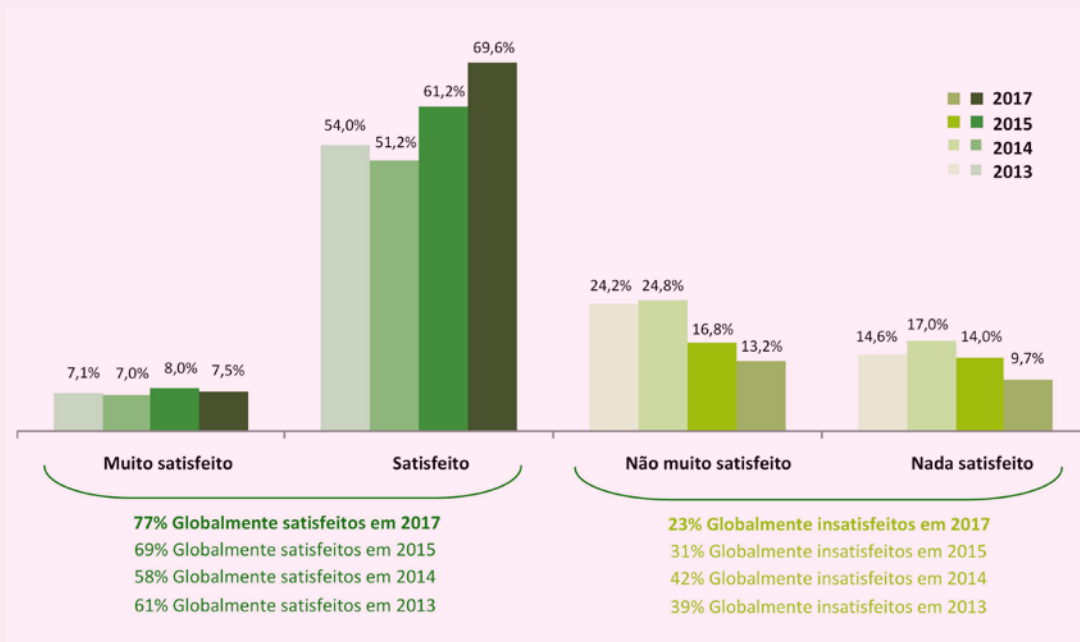
Fonte: INE (dados anuais e trimestrais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em maio de 2018) e Eurostat (dados anuais disponibilizados e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2018).

Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados numa nova série que comporta algumas alterações metodológicas: série de 2011. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

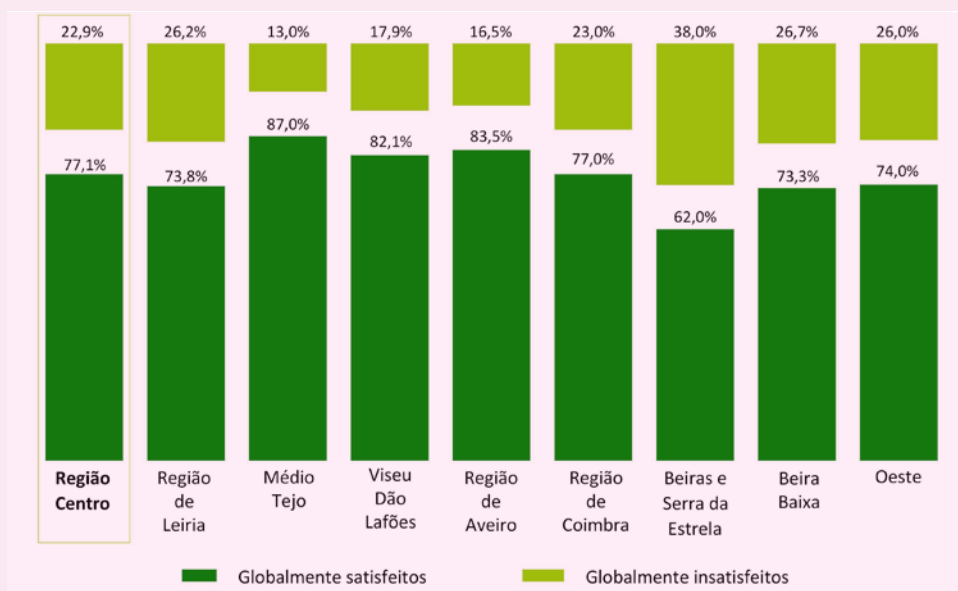
Taxa de desemprego jovem = População desempregada dos 15 aos 24 anos/População ativa dos 15 aos 24 anos x 100

Resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro

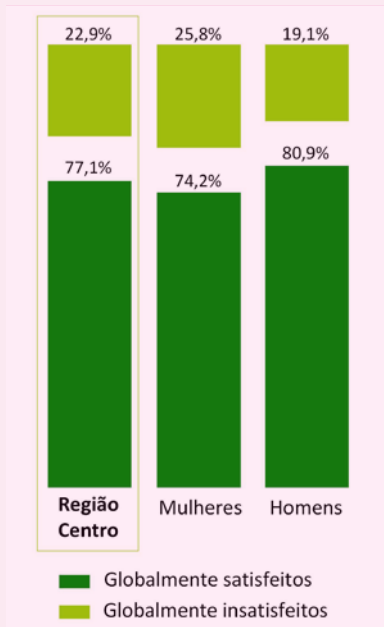
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro



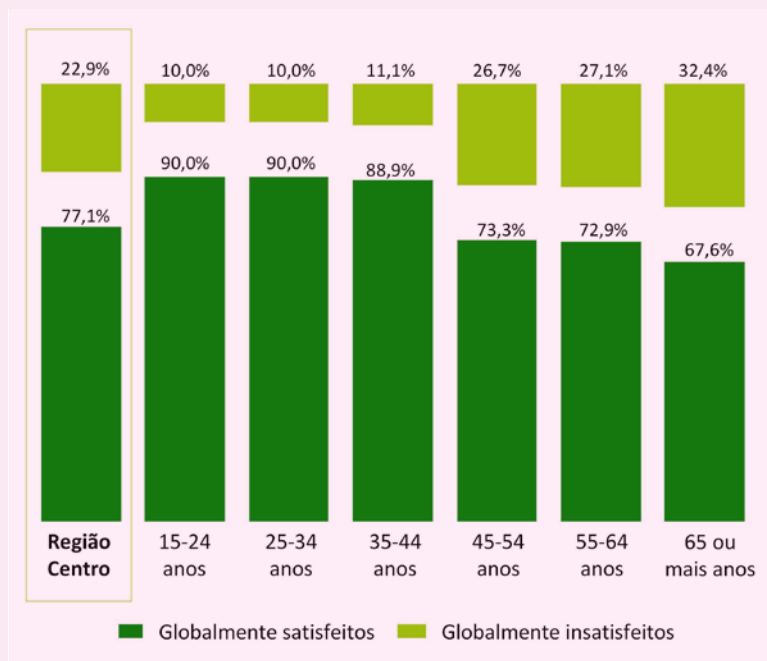
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sub-região/comunidade intermunicipal de residência em 2017



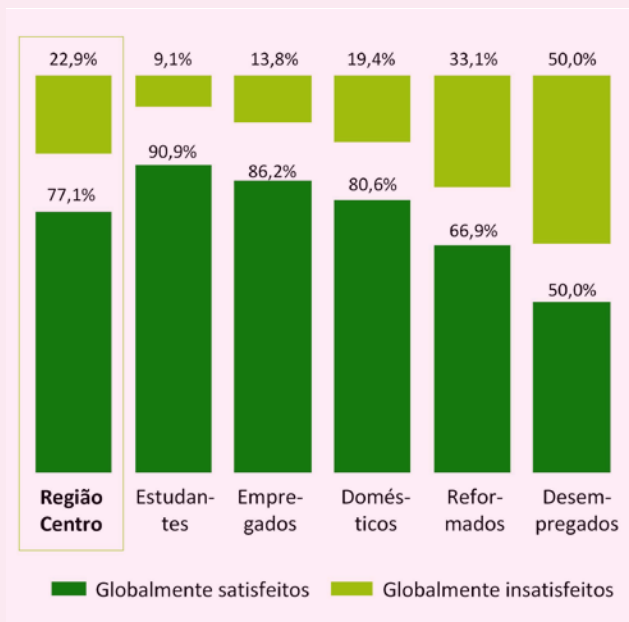
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sexo em 2017



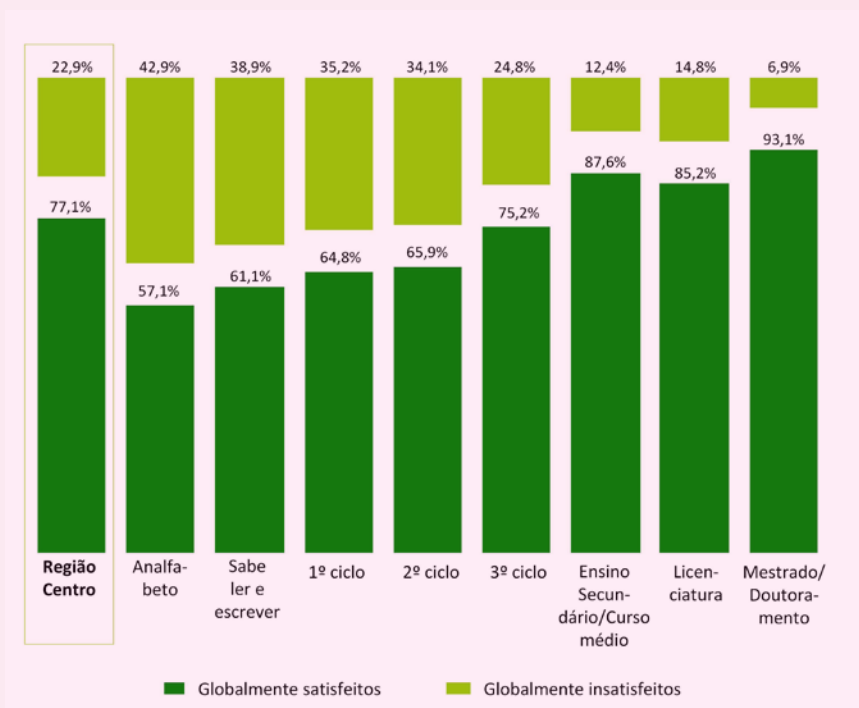
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por escalão etário em 2017



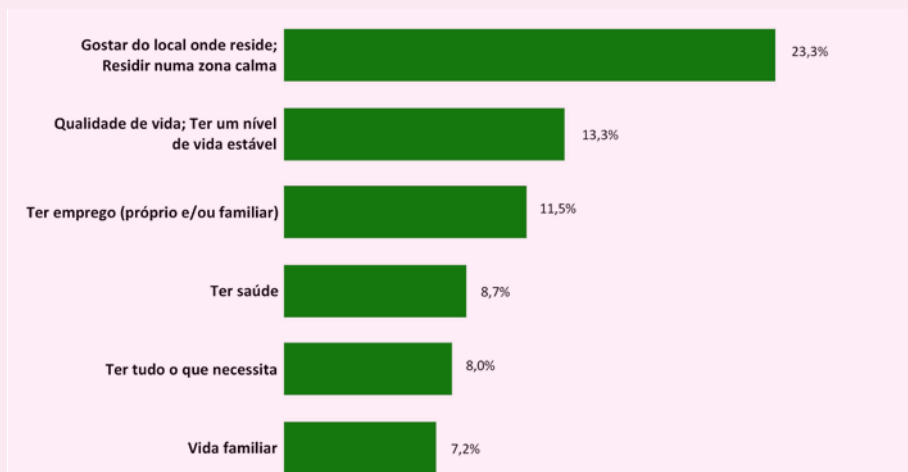
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por condição perante o trabalho em 2017



Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por nível de escolaridade em 2017



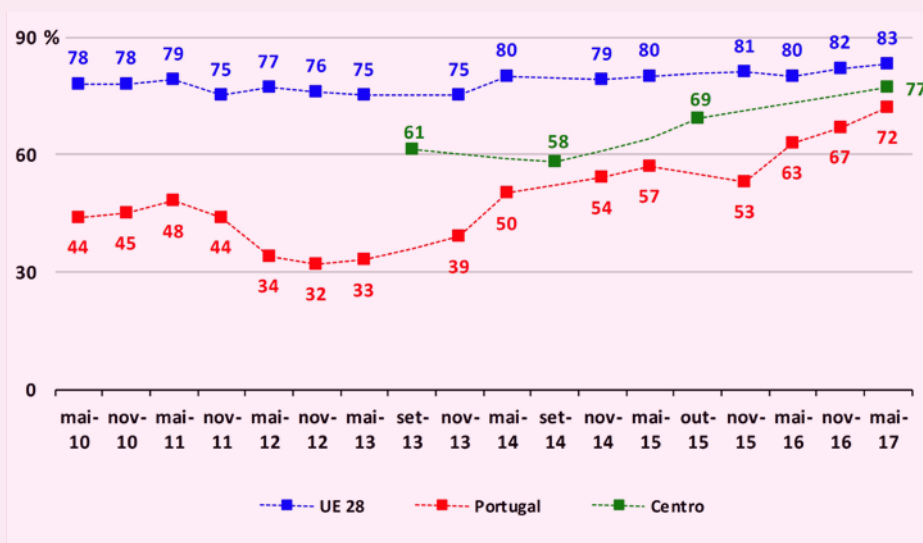
Distribuição dos principais motivos de satisfação dos inquiridos em 2017



Distribuição dos principais motivos de insatisfação dos inquiridos em 2017



Percentagem de residentes globalmente satisfeitos entre 2010 e 2017



Nota: Em novembro de 2013, a União Europeia passou a integrar 28 estados-membros.

Grau de satisfação dos residentes

	Indicador médio de satisfação		Muito satisfeito (1)		Satisfeito (2)		Não muito satisfeito (3)		Nada satisfeito (4)	
	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015	2017	2015
	Pontos (1 a 4)						%			
UE 28	3,05	3,01	26,0	24,0	57,0	57,0	13,0	15,0	4,0	4,0
Portugal	2,76	2,50	6,0	3,0	66,0	50,0	26,0	41,0	2,0	6,0
CENTRO	2,75	2,63	7,5	8,0	69,6	61,2	13,2	16,8	9,7	14,0
Beira Baixa	2,63	2,63	3,3	10,0	70,0	56,7	13,3	20,0	13,3	13,3
Beiras e Serra da Estrela	2,54	2,60	8,0	6,0	54,0	62,0	22,0	18,0	16,0	14,0
Médio Tejo	2,87	2,59	5,6	3,7	81,5	68,5	7,4	11,1	5,6	16,7
Oeste	2,75	2,51	11,7	9,6	62,3	50,7	15,6	20,5	10,4	19,2
Região de Aveiro	2,85	2,67	6,3	8,9	77,2	62,0	11,4	16,5	5,1	12,7
Região de Coimbra	2,73	2,63	7,0	6,2	70,0	63,9	12,0	16,5	11,0	13,4
Região de Leiria	2,67	2,70	4,9	6,6	68,9	67,2	14,8	16,4	11,5	9,8
Viseu Dão Lafões	2,86	2,73	10,7	14,3	71,4	57,1	10,7	16,1	7,1	12,5

Segundo os resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro realizado pela CCDRC, em maio de 2017, 77,1% consideraram-se globalmente satisfeitos. Dos inquiridos, 7,5% disseram-se “muito satisfeitos”, 69,6% “satisfeitos”, 13,2% “não muito satisfeitos” e 9,7% “nada satisfeitos” com a sua vida. Estes resultados evidenciam o grau de satisfação dos residentes na região mais elevado dos últimos anos. Comparando estes resultados com os do Eurobarómetro (em que a mesma questão foi também inquirida), verificamos que os residentes na Região Centro continuam menos satisfeitos do que a média dos cidadãos europeus (apesar de se terem aproximado) e ligeiramente menos satisfeitos que a média dos cidadãos portugueses (o que aconteceu pela primeira vez). Ainda assim, os residentes na Região Centro encontram-se globalmente mais satisfeitos (77,1%), do que os residentes no país (72,0%). A temática do emprego continua a apresentar-se como um dos principais motivos, tanto de satisfação, como de insatisfação, referidos pelos inquiridos. No entanto, nesta vaga do inquérito a valorização do local de residência assumiu-se como o principal motivo de satisfação.

Fonte: CCDRC, Inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro; Comissão Europeia, Eurobarómetro standard.

Notas:

1) A amostra do Inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro de 2017 foi de 507 entrevistas, com um erro de 4,35 pontos percentuais para um intervalo de confiança de 95%. Foi utilizado o método de amostragem por quotas para garantir a representatividade para o total da NUTS II Centro em termos de distribuição geográfica (comunidade intermunicipal e municípios), mas também ao nível das características dos indivíduos (dimensão populacional dos lugares, género, escalão etário, telefone fixo/telemóvel e situação perante o trabalho). A amostra foi distribuída de forma proporcional à população com 15 ou mais anos de idade, verificando-se uma exceção ao nível da distribuição por Comunidade Intermunicipal, dado que foi definido um número mínimo de 30 entrevistas válidas por comunidade. O trabalho de campo decorreu entre os dias 10 de maio e 18 de maio de 2017, tendo sido utilizada a técnica de recolha por entrevista telefónica.

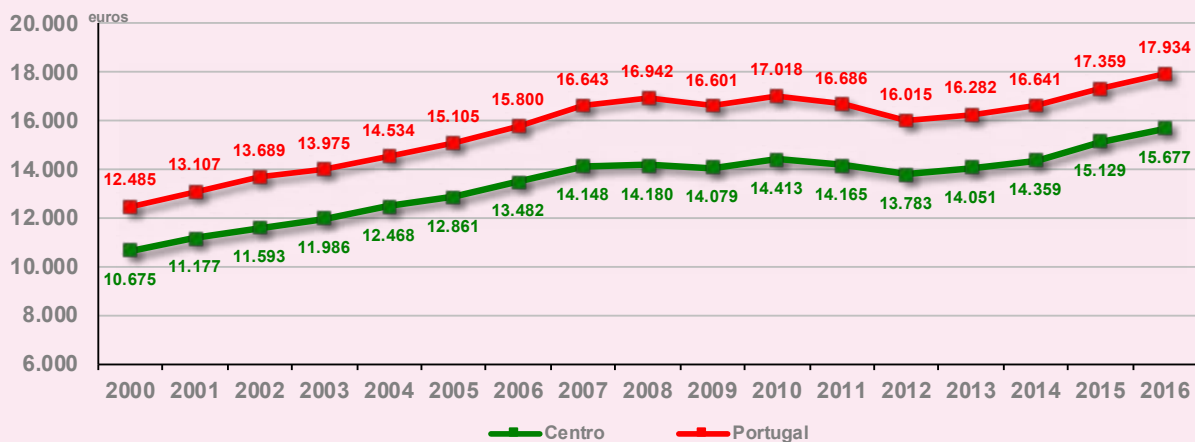
2) Os valores de 2015 do quadro respeitam a Portugal e à UE28 referem-se à 84.ª vaga do Eurobarómetro (novembro de 2015); os valores relativos à Região Centro referem-se à 3.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (outubro de 2015). Já os valores de 2017 de Portugal e da UE28 referem-se à 87.ª vaga do Eurobarómetro (maio de 2017) e os da Região Centro à 4.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (maio de 2017).

Globalmente satisfeitos: Inquiridos que respondem estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” com a vida que levam.

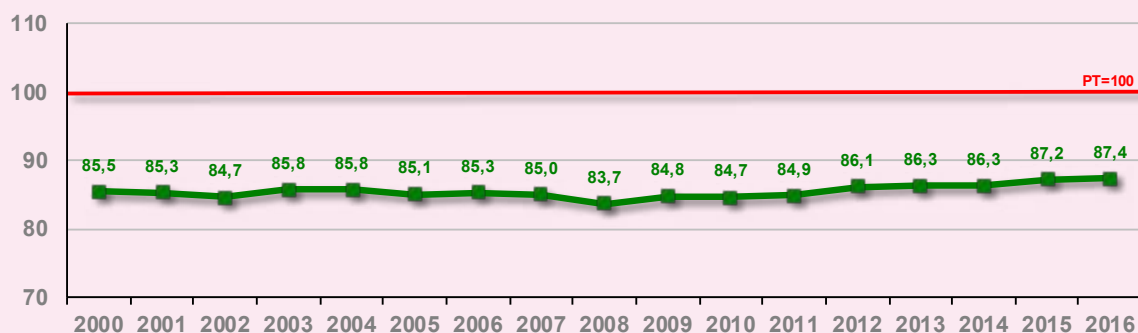
Globalmente insatisfeitos: Inquiridos que respondem estar “não muito satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com a vida que levam.

Indicador médio de satisfação = $[4x(\text{número de inquiridos “muito satisfeitos” com a vida que levam}) + 3x(\text{número de inquiridos “satisfeitos” com a vida que levam}) + 2x(\text{número de inquiridos “não muito satisfeitos” com a vida que levam}) + 1x(\text{número de inquiridos “nada satisfeitos” com a vida que levam})] / \text{número total de inquiridos}$.

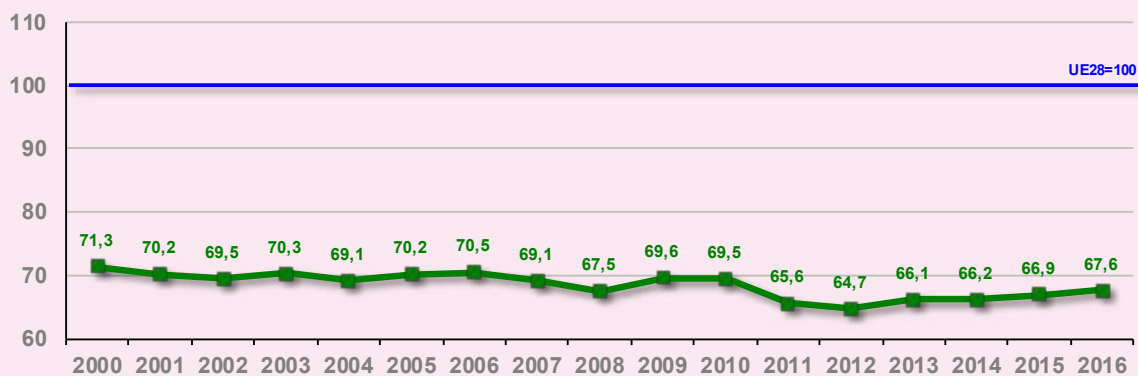
Produto interno bruto por habitante entre 2000 e 2016



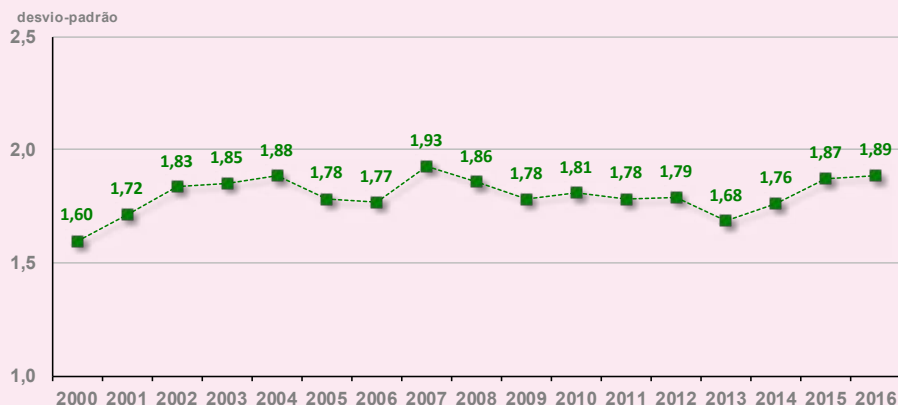
Produto interno bruto por habitante na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2016



Produto interno bruto por habitante na Região Centro (UE28=100) em paridades de poder de compra entre 2000 e 2016



Dispersão inter-regional do PIB por habitante na Região Centro entre 2000 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	PIB por habitante, 2016		
	euros	PT=100	UE28=100
Portugal	17.934	100,0	77,3
Norte	15.153	84,5	65,3
CENTRO	15.677	87,4	67,6
AM Lisboa	23.614	131,7	101,8
Alentejo	16.864	94,0	72,7
Algarve	18.844	105,1	81,2
Açores	15.995	89,2	68,9
Madeira	17.029	95,0	73,4

Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante da Região Centro era de 15.677 euros, representando 87,4% da média nacional e 67,6% do valor do conjunto dos 28 países da União Europeia. Desde 2010, tem-se assistido à convergência da Região Centro relativamente à média nacional. Também em termos europeus voltou a ocorrer uma aproximação à média europeia, estando, no entanto, ainda abaixo dos valores de 2009 e 2010 (69%). No entanto, o Centro mantém-se como uma das regiões portuguesas com menor PIB por habitante. As assimetrias territoriais entre as NUTS III da Região Centro, medidas pelo desvio-padrão do PIB por habitante, voltaram a aumentar em 2016, à semelhança do que se tinha verificado nos últimos dois anos.

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2015 e provisórios de 2016, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em dezembro de 2017).

Nota: Os dados para o cálculo da disparidade face à média europeia encontram-se avaliados em paridades de poder de compra. Os restantes indicadores encontram-se avaliados a preços correntes.

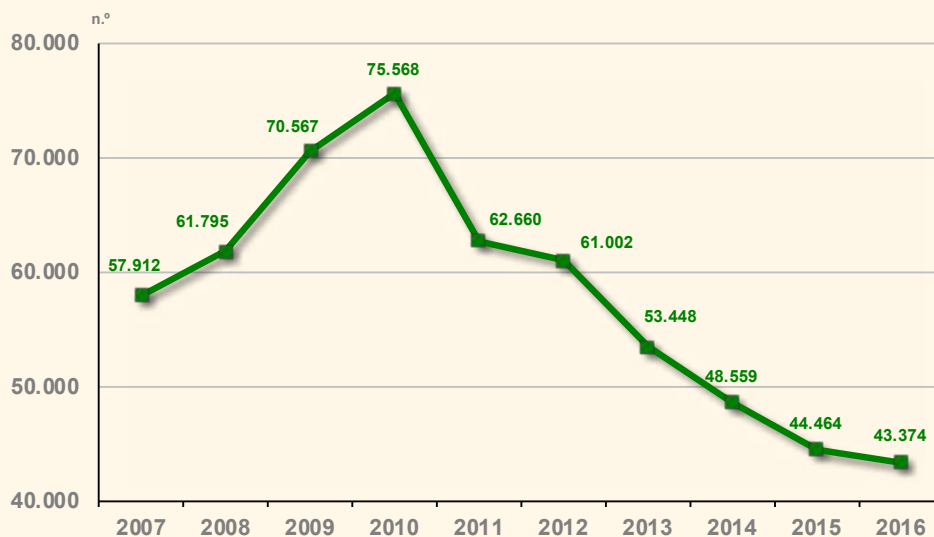
Produto interno bruto por habitante = Produto Interno Bruto/População residente

Dispersão inter-regional do PIB por habitante: Medido pelo desvio-padrão do PIB por habitante registado em cada ano nas NUTS III da Região Centro (NUTS 2013).

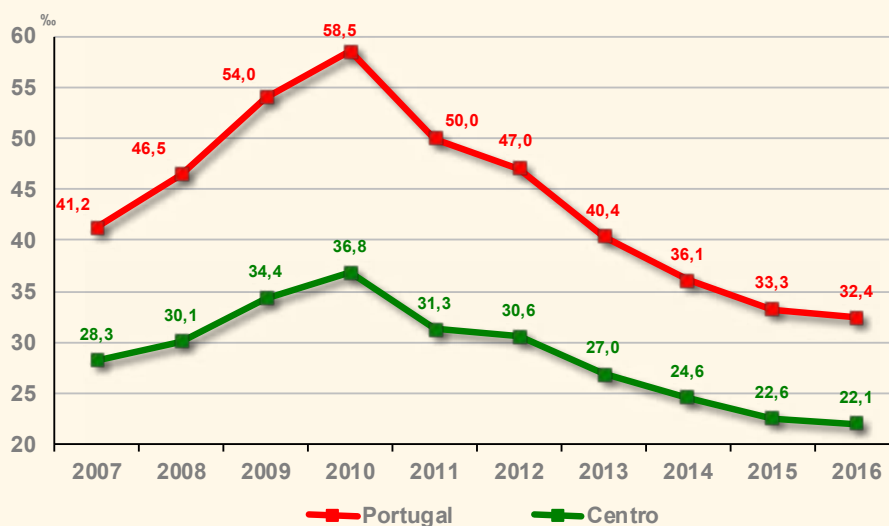
Desvio-padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio-padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio-padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

PIB – Produto Interno Bruto

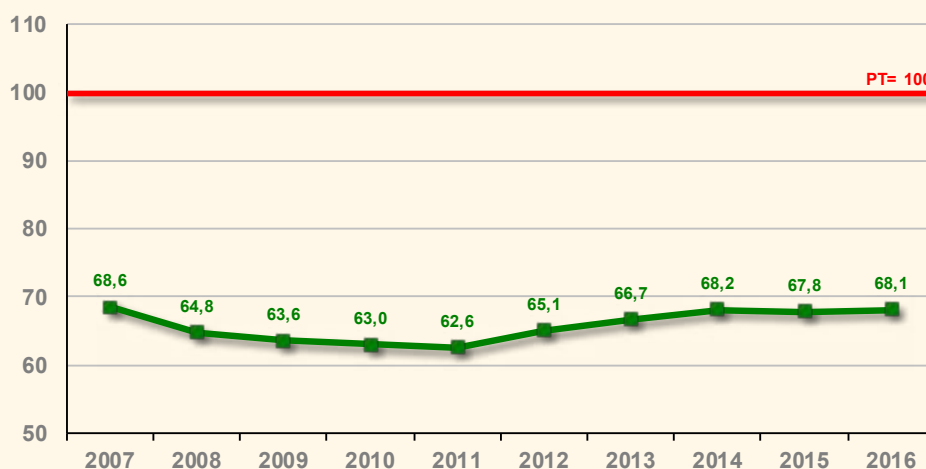
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na Região Centro entre 2007 e 2016



Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa entre 2007 e 2016



Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa na Região Centro (PT=100) entre 2007 e 2016



Posicionamento da Região Centro

	Beneficiários do RSI, 2016		Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa, 2016	
	n.º	%	%	% média nacional
Portugal	287.534	32,4	32,4	100,0
Norte	112.391	36,1	36,1	111,5
CENTRO	43.374	15,1	22,1	68,1
AM Lisboa	70.412	24,5	29,7	91,7
Alentejo	22.467	7,8	35,8	110,3
Algarve	8.617	3,0	23,0	70,9
Açores	23.722	8,3	115,4	356,3
Madeira	6.319	2,2	28,9	89,3

Em 2016, os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), na Região Centro, voltaram a diminuir para cerca de 43 mil, representando 15% do total de beneficiários do país. Este valor correspondia a 22,1 beneficiários por cada 1.000 habitantes em idade ativa (com mais de 15 anos), sendo o mais baixo desde o início da série em 2007. Apesar do posicionamento abaixo da média nacional, verificou-se uma ligeira aproximação à média do país, tendência que, aliás, se tem verificado desde 2012 e que apenas foi contrariada em 2015.

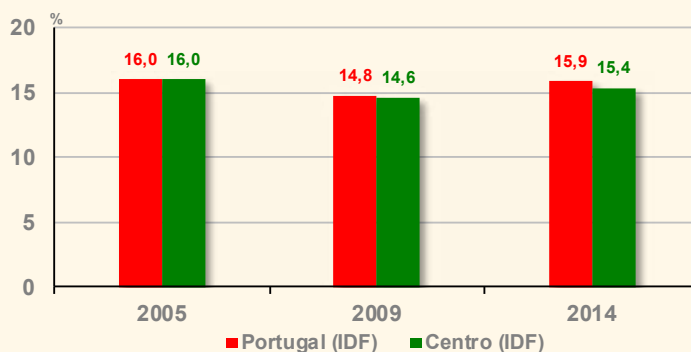
Fonte: INE/Instituto de Informática, I.P. (dados anuais, disponibilizados em junho de 2017 e extraídos pela CCDRC em julho de 2017).

Notas:

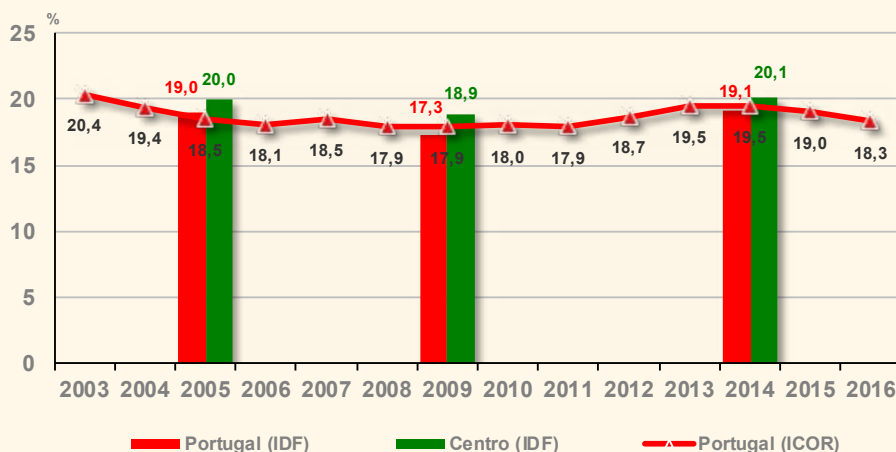
- 1) O total de Portugal inclui beneficiários do RSI com residência não determinada.
- 2) No ano de 2013 e 2014, a atualização dos dados de acordo com o código da divisão administrativa, que decorre das Leis n.º 61/2012 de 5 de dezembro, n.º 56/2012 de 8 de novembro e n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, não se encontra completa.

Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa = Beneficiários do RSI/População média residente com mais de 15 anos x 100
RSI – Rendimento Social de Inserção

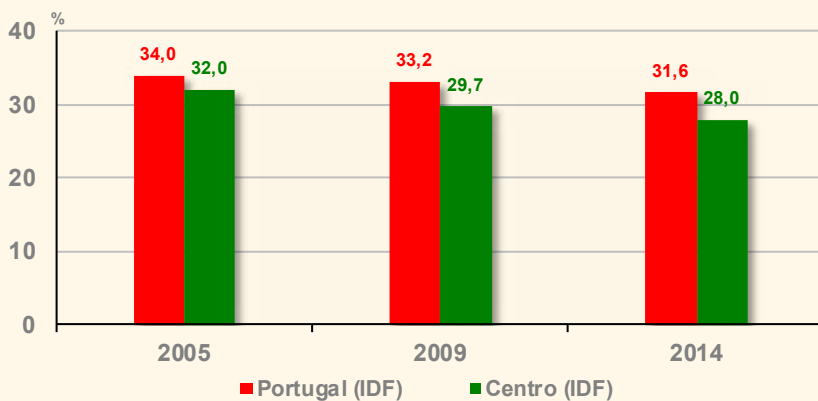
Taxa de risco de pobreza (rendimento total) em 2005, 2009 e 2014



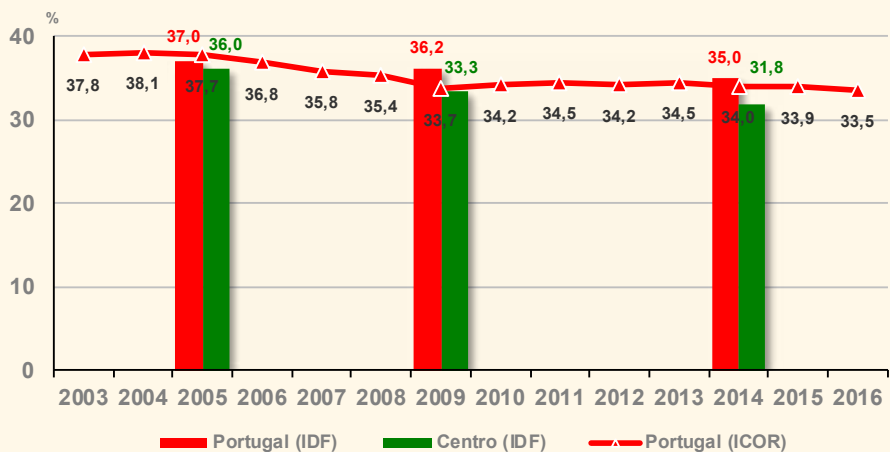
Taxa de risco de pobreza (rendimento monetário)



Coefficiente de Gini (rendimento total) em 2005, 2009 e 2014



Coeficiente de Gini (rendimento monetário)



Posicionamento da Região Centro

	Rendimento total, 2014 (IDF)			Rendimento monetário, 2014 (IDF)		
	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Rendimento líquido anual médio por agregado (€)	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Rendimento líquido anual médio por agregado (€)
Portugal	15,9	31,6	23.635	19,1	35,0	18.390
Norte	17,7	29,8	22.308	20,1	32,1	17.333
CENTRO	15,4	28,0	21.100	20,1	31,8	16.037
AM Lisboa	12,4	33,9	28.101	15,4	37,8	22.321
Alentejo	15,6	28,2	21.453	18,1	31,1	16.706
Algarve	15,6	29,4	22.412	20,9	33,5	16.650
Açores	27,5	33,8	22.874	28,3	37,3	18.077
Madeira	21,6	31,7	22.793	27,8	36,2	17.441

Nos últimos anos, tem-se assistido à redução das desigualdades na distribuição do rendimento das famílias da Região Centro, uma vez que o coeficiente de Gini tem vindo a diminuir. Em 2014, a Região Centro era aliás a que apresentava as menores assimetrias na distribuição do rendimento total, apesar de ser também a região com os rendimentos líquidos anuais médios por agregado mais baixos.

No entanto, em 2014, na Região Centro, a taxa de risco de pobreza aumentou para os 15,4%, permanecendo inferior ao conjunto do país. Deste modo, 15,4% da população da região encontrava-se em risco de pobreza por apresentar um rendimento equivalente inferior a 6.951€ (limiar de pobreza apurado para 2014). Tendo por base apenas os rendimentos monetários, verifica-se que a taxa de risco de pobreza era ainda superior (tal como nas restantes regiões), tendo atingido os 20,1%, em 2014, valor que superou a média nacional. Os rendimentos não monetários tiveram assim um importante papel na atenuação das situações de pobreza e de exclusão social da Região Centro, tendo permitido, em 2014, uma redução de 4,7 pontos percentuais (p.p.) na taxa de risco de pobreza e de 3,8 p.p. no coeficiente de Gini.

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) 2005/2006, 2010/2011 e 2015/2016 (dados quinquenais) e Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2003-2016.

Rendimento total: É composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário.

Rendimento monetário líquido: Inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social.

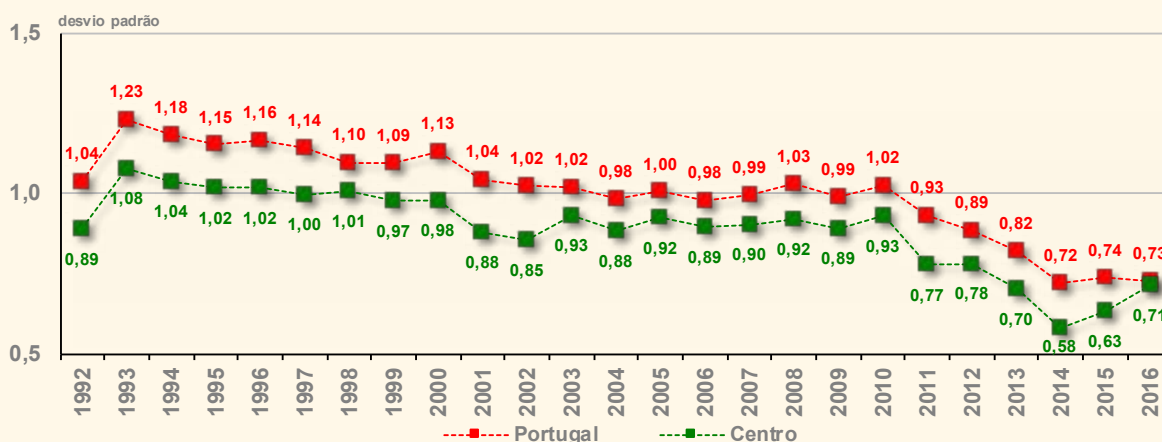
Rendimento não monetário: Coincidente com a despesa não monetária, abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.

Coeficiente de Gini: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Taxa de risco de pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% da mediana do rendimento total por adulto equivalente.

Rendimento por adulto equivalente: Resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”. “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional entre 1992 e 2016



Posicionamento da Região Centro

Taxa de variação populacional dos municípios, 2016					
	Dispersão concelhia		Máximo (%)	Mínimo (%)	Média (%)
	Desvio padrão	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)			
Portugal	0,73	0,00	1,56	-3,23	-0,80
Norte	0,56	-0,16	0,25	-2,41	-0,97
CENTRO	0,71	-0,01	1,56	-2,35	-0,81
AM Lisboa	0,57	-0,16	1,13	-0,68	0,33
Alentejo	0,65	-0,08	0,33	-3,12	-1,14
Algarve	0,89	0,16	0,68	-3,23	-0,45
Açores	0,39	-0,33	0,32	-1,03	-0,33
Madeira	0,47	-0,25	0,23	-1,67	-0,81

Pelo segundo ano consecutivo, assistiu-se a um aumento das assimetrias territoriais na Região Centro após um período de diminuições sucessivas, a avaliar pela dispersão concelhia da variação populacional. No entanto, o Centro continua a apresentar uma dispersão da variação da população inferior à do conjunto do país, apesar de, em 2016, se ter aproximado da média nacional.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2017).

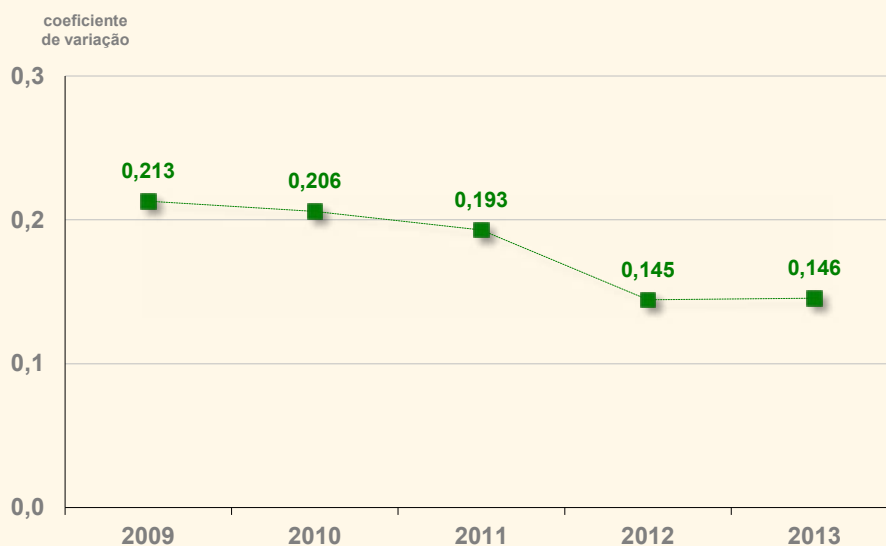
Dispersão concelhia da taxa de variação populacional: Medida pelo desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios da respetiva unidade territorial.

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional face à média nacional = Desvio padrão da taxa de variação populacional anual registada nos municípios da unidade territorial – Desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios do país.

Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0, indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

p.p. – Pontos percentuais

Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante na Região Centro entre 2009 e 2013



Posicionamento da Região Centro

	Rendimento familiar por habitante, 2013						
	Dispersão concelhia				Máximo (euros)	Mínimo (euros)	Média (euros)
	Coeficiente de variação		Desvio padrão				
Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)				
Portugal	0,197	0,000	1.139,7	0,0	12.645	3.612	5.800,2
Norte	0,193	-0,004	999,2	-140,5	9.276	3.612	5.179,7
CENTRO	0,146	-0,051	846,0	-293,8	9.371	4.146	5.813,8
AM Lisboa	0,226	0,029	1.734,8	595,1	12.645	4.436	7.688,1
Alentejo	0,112	-0,084	686,1	-453,6	7.930	4.918	6.113,3
Algarve	0,107	-0,090	631,0	-508,7	7.691	4.798	5.904,6
Açores	0,186	-0,010	1.134,2	-5,5	7.961	4.041	6.085,0
Madeira	0,317	0,120	1.629,0	489,3	8.918	3.662	5.143,7

abr 2016

coesão

Após se ter assistido na região, nos últimos anos, a uma diminuição da dispersão concelhia do rendimento familiar relativizado pela população residente, em 2013, ocorreu um aumento muito ligeiro. Ainda assim, a dispersão na Região Centro continua bastante abaixo da média nacional.

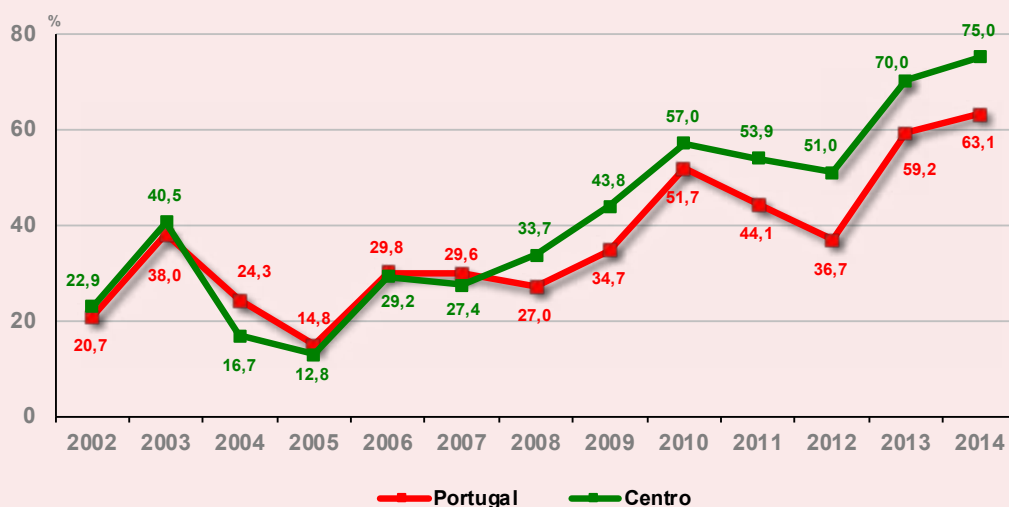
Fonte: Autoridade Tributária e Aduaneira (dados recebidos anualmente pela CCDRC e reportados a 10/11/2015) e INE (dados anuais, disponibilizados em junho de 2015 e extraídos pela CCDRC em abril de 2016).

Rendimento familiar por habitante = (Rendimento bruto em sede de IRS – IRS liquidado)/População média residente

Coeficiente de variação: Medida de dispersão relativa obtida dividindo o desvio padrão pela média. Quanto maior o valor do coeficiente de variação, maior é a dispersão dos dados; quanto menor o valor do coeficiente de variação, mais homogêneos são os dados e menores as assimetrias regionais.

Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica entre 2002 e 2014



sustentabilidade ambiental e energética

Posicionamento da Região Centro

fev 2018

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica, 2014 (%)

Portugal	63,1
Norte	116,0
CENTRO	75,0
AM Lisboa	2,9
Alentejo	48,7
Algarve	30,9
Açores	42,8
Madeira	26,5

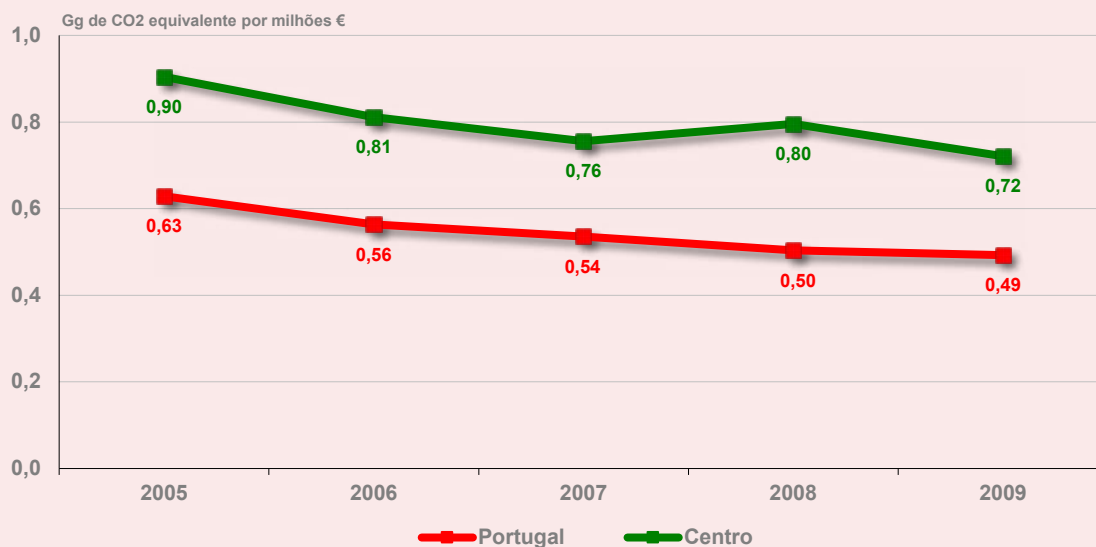
Em 2014, 75% da energia elétrica consumida na Região Centro era produzida através de energias renováveis, enquanto no país este peso era de 63,1%. O aumento da importância das energias renováveis em 2014 resultou sobretudo do crescimento da componente hídrica. O Centro era a região com a segunda maior produção de eletricidade através de energias renováveis face ao seu consumo de energia. De facto, a Região Centro é, tendencialmente, mais produtora de energias renováveis do que consumidora. Assim, enquanto a quota regional de produção de energias renováveis se situava, em 2014, nos 30,6%, em termos de consumo de eletricidade ficava-se pelos 25,7%.

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE/Direção-Geral de Energia e Geologia (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2017 e extraídos pela CCDRC em fevereiro de 2018).

Nota: Os dados de 2013 e 2014 da produção de eletricidade são provisórios.

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia = Produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica e fotovoltaica/Consumo total de eletricidade x 100

Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB entre 2005 e 2009



Posicionamento da Região Centro

Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB, 2009 (Gg de CO2 equivalente por milhões de €)

Portugal	0,49
Norte	0,41
CENTRO	0,72
AM Lisboa	0,23
Alentejo	1,93
Algarve	0,33
Açores	0,49
Madeira	0,30

Em 2009, o peso que a emissão de gases estufa assumia no Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Região Centro era superior ao valor nacional e a todas as restantes regiões do país com exceção do Alentejo. Nos últimos anos tem-se assistido a uma tendência decrescente dos valores de gases com efeito de estufa emitidos por unidade do VAB, o que traduz alterações no paradigma energético, nomeadamente a opção por formas de energia menos intensivas em carbono.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em junho de 2013 à CCDRC).

Nota: Os coeficientes para o cálculo do agregado em CO2 equivalente são os definidos pelo IPCC 1995 (Intergovernmental Panel on Climate Change) e exprimem o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada do gás em causa, relativamente a uma tonelada de CO2, para um período de vida de 100 anos: equivalente CO2 = 1 tonelada de CO2; equivalente N2O = 310 toneladas de CO2; equivalente CH4 = 21 toneladas de CO2.

Peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB = Emissão de gases com efeito de estufa (CO2, CH4 e N2O)/VAB x 100

VAB – Valor Acrescentado Bruto

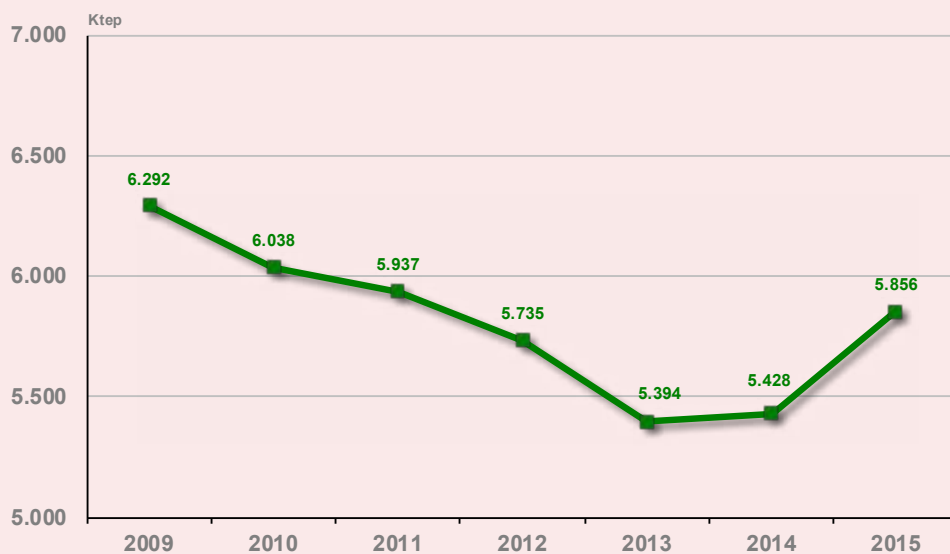
Gg – Gigagramas

CO2 – Dióxido de carbono

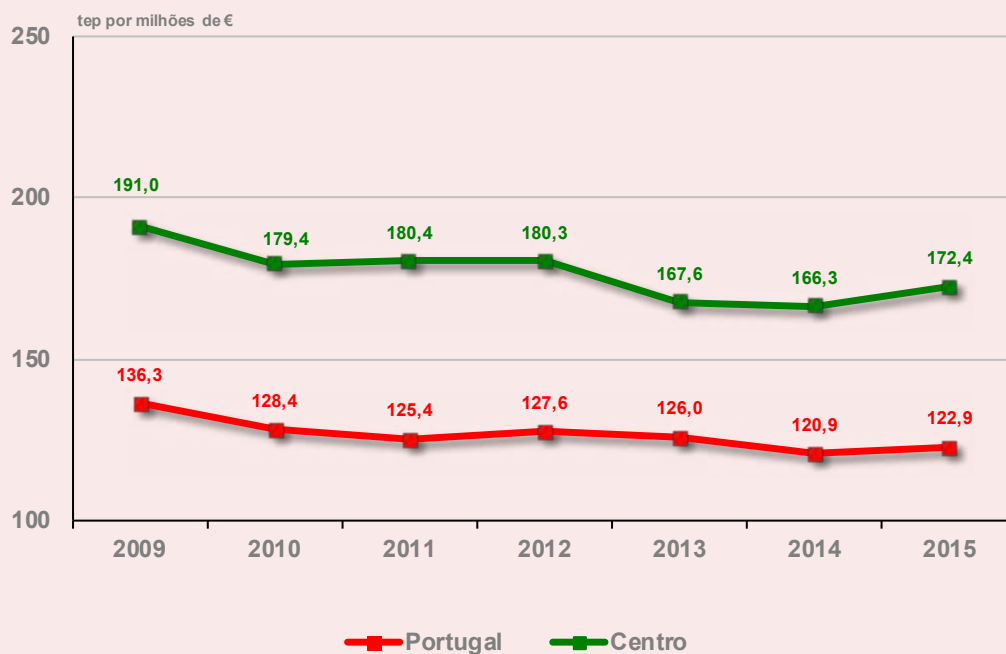
CH4 – Metano

N2O – Óxido nítrico

Consumo de energia primária na Região Centro entre 2009 e 2015



Consumo de energia primária no PIB entre 2009 e 2015



sustentabilidade ambiental
e energética

jul 2017

Posicionamento da Região Centro

	Consumo de energia primária, 2015 (ktep)	Consumo de energia primária no PIB, 2015 (tep por milhões de €)
Portugal	22.060	122,9
Norte	5.345	101,0
CENTRO	5.856	172,4
AM Lisboa	3.733	57,1
Alentejo	5.120	446,6
Algarve	593	75,5
Açores	340	89,9
Madeira	353	84,9

Na Região Centro, o consumo de energia primária aumentou em 2014 e 2015, após sucessivas diminuições. O consumo de energia primária regional é de 5,9 milhões de toneladas equivalentes de petróleo em 2015, o que representa 26,5% do consumo nacional. Relativamente à quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que, na Região Centro, é necessário consumir mais energia primária para produzir riqueza do que, em termos médios, no país.

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, Balanços Energéticos (dados anuais, disponibilizados à CCDRC em junho de 2017) e INE (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2016).

Consumo de energia primária: toda a energia utilizada diretamente ou a que é sujeita a transformação para outras formas energéticas. Resulta da soma das importações com a produção doméstica, retirando as saídas e variação de stocks.

Notas:

- 1) Os dados de 2014 e 2015 do consumo de energia primária são provisórios e os dados de 2014 foram corrigidos. Os dados do PIB de 2015 são preliminares.
- 2) Os valores do consumo de energia primária das regiões do Continente excluem a biomassa e resíduos industriais para a produção de calor, por impossibilidade da sua desagregação regional. Por este motivo, o total de Portugal não coincide com a soma das regiões.
- 3) Tendo como fontes de informação os produtores, importadores e grandes distribuidores de energia, no caso particular dos combustíveis derivados do petróleo, desconhece-se a distribuição provocada pelas redes de revenda, por grosso e retalho, na localização final do consumo.

tep – tonelada equivalente de petróleo

